



Lígia Maria Kahl Schreiber Meillo Lopes dos Santos

Orientador: Dr. José Bizerril Neto

**DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS:
O CASO DO KIT DO PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA**

Brasília – DF

Novembro de 2012.



Lígia Maria Kahl Schreiber Melillo Lopes dos Santos

Diversidade sexual nas escolas:
O caso do Kit do Projeto Escola Sem Homofobia

Monografia defendida no
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB,
como requisito para obtenção de título de graduação em Psicologia.
Professor Orientador: Dr. José Bizerril Neto

Brasília – DF

Novembro de 2012



Lígia Maria Kahl Schreiber Melillo Lopes dos Santos

DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS: O CASO DO KIT DO PROJETO ESCOLA SEM HOMOFOBIA

Monografia aprovada em 11 de dezembro de 2012.

Monografia defendida no
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB,
sob a orientação do Dr. José Bizerril Neto,
como requisito para obtenção de título de graduação em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Ana Flávia do Amaral Madureira

José Bizerril Neto

Tatiana Lionço

DEDICATÓRIA

Dedico cada pedaço deste trabalho especialmente à Dra. Tatiana Lionço que, com sua força política e garra na luta dos direitos humanos, sofreu os males contra os quais luta de cabeça erguida. Sua vontade de mudar o mundo é inspiradora, e vê-la sendo alvo de ataques difamatórios foi não somente triste como revoltante.

Dedico ainda à tod@s aqueles que, de uma forma ou de outra, sutil ou explicitamente, sofreram homofobia em suas mais variadas formas, e a tod@s que lutam para que ela acabe.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço ao meu orientador, pelo constante incentivo ao trabalho criativo e pelas indagações criadas que sempre abriram o meu horizonte. Esse trabalho, sem dúvida, é uma construção conjunta de saberes.

Também tenho profunda gratidão por tod@s os professore(a)s que tive durante a graduação. Cada um me ensinou um pouco mais sobre como ser uma psicóloga engajada política e socialmente.

Agradeço ainda ao meu companheiro amado por todo carinho, paciência e compreensão neste momento difícil e complexo que foi a produção da presente monografia.

*“(...) as regiões onde a grade é mais cerrada,
onde os buracos negros se multiplicam,
são as regiões da sexualidade e as da política:
como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro
no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica,
fosse um dos lugares onde elas exercem,
de modo privilegiado,
alguns de seus mais temíveis poderes”.*

(MICHEL FOUCAULT, 1970, p. 09-10).

RESUMO

A escola é um espaço privilegiado no que tange a abertura de novos diálogos. Em relação à educação sexual, em específico, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: em que medida o veto do kit de material educativo do Projeto Escola Sem Homofobia se torna revelador ao problematizar as relações de poder que envolvem o direito à visibilidade na nossa sociedade e a dificuldade de se combater a homofobia nas escolas? Para tais pressupostos, foram analisadas repercussões sociais e midiáticas em torno do kit e o modo de endereçamento dos três vídeos que compunham o kit – Torpedo, Probabilidade e Encontrando Bianca. Para a análise dos materiais midiáticos foram utilizados os pressupostos teóricos da análise do discurso, de Michel Foucault. O estudo traz reflexões acerca das relações de poder que envolvem a proliferação de discursos e suas possíveis consequências para a visibilidade das questões de sexualidade e gênero no contexto educacional.

Palavras-Chave: Homofobia, dispositivo audiovisual, diversidade sexual, escola

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ECOS – Comunicação em Sexualidade

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e travestis

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização Não-governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

REPROLATINA – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

PT – Partido dos Trabalhadores

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	p. 11
Capítulo 01 – O saber do corpo e dos discursos	p. 14
Capítulo 02 – O poder dos meios de comunicação: uma questão pedagógica	p. 22
Capítulo 03 – A homofobia no espaço escolar	p. 28
Capítulo 04 – Método de análise	p. 35
Capítulo 05 – Análise do material audiovisual do kit e dos discursos propagados na mídia e socialmente	p. 40
- Parte 01: Análise do material audiovisual do kit de material educativo	p. 40
1) Probabilidade	p. 40
2) Torpedo	p. 43
3) Encontrando Bianca	p. 45
- Parte 02: Análise dos discursos propagados na mídia e socialmente em torno do material educativo do kit	p. 50
Situando o contexto educacional brasileiro	p. 50
O ‘kit anti homofobia’: informações desencontradas?	p. 53
O “jogo político”	p. 57
O veto do kit e sua repercussão midiática e social	p. 60
Capítulo 06 – A representação viva da teoria	p. 64
Situando o acontecimento	p. 64

O vídeo: modos de endereçamentos diretos?	p. 66
“Deus salve as crianças de quem?”	p. 71
Considerações Finais	p. 74
Bibliografia	p. 76
Anexos	p. 80

INTRODUÇÃO

A homofobia é uma questão de saúde pública, na medida em que pode acarretar em discriminação, violência e até assassinatos em ambientes públicos e privados, amplamente marcados pela supremacia heterossexual. A escola, enquanto espaço potencial de direito e criação de cidadania, tem um papel importante no enfrentamento da disseminação de preconceitos de questões étnicas, raciais, de gênero e sexuais em proporção a sua proposta educacional e de formação, como bem disposto no primeiro artigo da Lei nº 9.394, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Em relação às questões de sexualidade e gênero em específico, 2011 foi um ano controverso e problemático no contexto educacional por conta da confecção de um material educativo acerca da diversidade sexual e de gênero produzido para ser distribuído nas escolas públicas do Brasil. O material, que teve apoio e aprovação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, foi desenvolvido dentro do Programa Brasil Sem Homofobia, que teve como um de seus produtos o Projeto Escola Sem Homofobia. O ‘kit anti homofobia’ seria um produto deste último, que tinha em suas metas a confecção de dois produtos: “1) Recomendações para orientar a revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro; 2) Estratégia de comunicação para trabalhar a diversidade sexual de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos diversos valores culturais atuais” (CONSELHO, 2010, p. 5).

O ‘kit anti-homofobia’, como foi veiculado na mídia, seria então uma das estratégias de comunicação para alcançar os objetivos do Projeto. Depois de diversas aprovações, quando estava em fase de pré-aprovação final para distribuição, seu uso nas escolas brasileiras foi vetado pela presidente da República, Dilma Rousseff. Neste sentido, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: tomando as questões de gênero e sexualidade em específico, em que medida o

veto do kit de material educativo Escola Sem Homofobia se torna revelador das relações de poder que envolvem o direito à visibilidade na nossa sociedade? A dificuldade de se combater a homofobia nas escolas é um exemplo particularmente contundente desta situação.

Para fins de pesquisa, foram então analisados os discursos propagados na mídia e socialmente em torno do kit de material educativo, a partir da teoria de análise do discurso de Foucault. Este método ofereceu subsídios à realização de uma análise do discurso em si, do que foi enunciado, sem buscar sub-entendidos dentro do discurso, realizando a análise no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Assim, pode-se analisar cada material como uma produção histórica e política, na medida em que o discurso, para o autor, se produz pelas relações de poder. Também foram objetos de análise os modos de endereçamentos dos três vídeos de maior repercussão midiática que compunham o material do kit – Torpedo, Probabilidade e Encontrando Bianca.

O estudo se apresenta dividido em seis capítulos. O primeiro, intitulado “O saber dos corpos e do discurso”, é iniciado com uma reflexão sobre a formação da identidade na pós-modernidade, particularmente sobre a lógica binária da diferença de gênero, isto é, a marcação simbólica da diferença no corpo e do corpo enquanto espaço de afirmação de identidades. Explico a lógica da heteronorma, problematizo conceitos como sexo e gênero e, finalmente, situo o contexto da homofobia e sua relação com a prática discursiva heteronormativa.

No segundo capítulo, chamado de “O poder dos meios de comunicação: uma questão pedagógica”, teorizo sobre a capacidade pedagógica que os meios de comunicação em massa têm sobre a construção de nossas identidades, visto que estas são formadas e continuamente transformadas por representações trazidas na cultura. Explico o conceito de Dispositivo Pedagógico da Mídia e de Modos de Endereçamento, relacionando-os com o audiovisual enquanto recurso pedagógico com potencial para ensinar modos de vida através da apresentação e problematização de questões sob novas visões.

No terceiro e último capítulo teórico, “A homofobia no espaço escolar”, situo a discussão da diversidade sexual e do gênero no contexto escolar. Para tal, trago a legislação acerca da educação brasileira e explico o Programa Escola Sem Homofobia e seu produto, o Projeto Escola Sem Homofobia, em seus pressupostos e ações. O quarto capítulo descreve a metodologia utilizada.

Nos capítulos 5 e 6 analiso os discursos propagadas na mídia – pela internet, programas televisivos, reportagens, etc – e socialmente em torno do material educativo do kit. O 5º capítulo está dividido em 2 partes: a 1ª faz a análise dos modos de endereçamento do material audiovisual do kit – Probabilidade, Encontrando Bianca e Torpedo; e na 2ª parte é realizada a análise dos discursos propriamente ditos. O capítulo 6 discute um acontecimento de deturpação da imagem e falas de participantes no 9º Seminário LGBT (dentre @s quais eu mesma), em um vídeo produzido com o nome “Deus salve as crianças”. Intitulo-o, não ironicamente, como “A representação viva da teoria”.

CAPÍTULO 01 - O SABER DOS CORPOS E DO DISCURSO

Uma discussão atual na formação de identidade na pós-modernidade tem questionado o caráter essencialista de formação do sujeito na atualidade, período que tem como característica principal a incerteza, a necessidade de mudança e de movimento, o que torna essa antiga visão sobre a identidade fixa não mais cabível. Assim, o sujeito pós-moderno tem uma identidade descentrada, anucleada, fragmentada, em constante alteração. O que antes era visto então de uma forma essencialista e a partir de relações binárias de diferença, agora admite a pluralidade e o movimento de sua constituição. Esta fragmentação nos remete a uma noção de mutabilidade característica: “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 1999, p. 13).

Este descentramento, discutido por Hall (1999) a partir da mudança estrutural que ainda continua a ocorrer nas sociedades pós-modernas, fragmenta as noções culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, que forneciam bases concretas da identidade social (WOODWARD, 1999). Identidades sociais estas que dão opções do que podemos ser através das representações culturais fornecidas e do sentimento de pertencimento proveniente da identificação com tais representações; pois, como bem pontua Woodward (2000, p. 17), “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Neste contexto, “a representação inclui as práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”. Como são as representações disponíveis na cultura que nos permitem nos identificarmos e nos afirmarmos como sujeitos, estas se tornam altamente importantes na constituição da identidade, pois, a partir da variedade presente em cada contexto cultural temos proporcionalmente a variedade de possibilidades identificatórias e de consequentes sentidos.

Woodward (2000) discute esta construção constante da identidade a partir da noção da diferença, onde a identificação com o outro ocorre a partir da negação de identificação com a marcação simbólica do mesmo. O essencialismo, quase sempre marcado em uma lógica dualista e binária, tem como marcação simbólica também a referência biológica: o corpo (entendido como organismo biológico) é um local de marcação simbólica da identidade, por exemplo. E este corpo, a partir da forma biológica que traz (feminina ou masculina) é uma marcação simbólica da

diferença entre homens e mulheres: “Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados” (LOURO, 2000, p. 14).

Biologicamente, homens e mulheres são diferentes, anatômica e organicamente, falando. Têm, então, em seus corpos, a marca que os define como um ser sexual: feminino, ao sistema reprodutório da mulher, e masculino, ao sistema reprodutório do homem. Porém esta marca biológica é utilizada, equivocadamente, como uma máxima para ditar a identidade sexual dos indivíduos (LOURO, 1997, 2000, 2004; WEEKS, 2000; BUTLER, 2000). Assim, a sexualidade é atrelada ao biológico, e o que não se enquadra nesta norma é automaticamente rejeitado e excluído.

A partir desta lógica, em relação à sexualidade, o que é considerado normal na sociedade é relativo a uma suposta natureza biológica, e o que não se enquadra nesta norma é considerado anormal é rejeitado, excluído, sem direito de existir e, conseqüentemente, sem possibilidade de identificação legítima (LOURO, 2004). Entretanto, é importante ressaltar que dentre outros seres vivos, é natural os comportamentos homo e bissexuais; no ser humano, contudo, essa relação de desejo ao mesmo sexo não é entendida como natural. O problema desta naturalização é a categorização da identidade sexual do ser humano como essencialista, como se fossem definidas somente por uma ordem biológica, e não pelas constantes transformações culturais e históricas que permeiam as práticas sexuais e do desejo.

Esta lógica da normalidade se encontra incluída e marcada simbolicamente em nossos corpos, o que atrela o corpo biológico à própria identidade do sujeito: “O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual. É necessário, entretanto, reivindicar a base biológica para a identidade sexual?” (WOODWARD, 2000, p. 15).

A partir da marcação simbólica biológica, somos fadados a viver e pensar de determinada forma nossas identidades sexuais e de gênero. Wittig (1992), ao problematizar a heterossexualidade, traz uma reflexão interessante a respeito da categoria do sexo:

The category of sex is the one that rules as ‘natural’ the relation that is the base of (heterosexual) society and through which half of the population, women, are ‘heterossexualized’ (the making of women is like the making of eunuchs, the breeding of slaves, of animals) and submitted to a heterosexual economy. For the category of sex is the product of a heterosexual society which imposes on women the rigid obligation of the reproduction of the ‘species’, that is, the reproduction of heterosexual society. The

compulsory reproduction of the 'species' by women is the system of exploitation on which heterosexuality is economically based (WITTIG, 1992, p. 06).

A 'sociedade heterossexual', como assim denomina, impõe a reprodução destas categorias a partir delas mesmas, sendo, assim, a categoria do sexo criada a partir de uma suposta base biológica para justificar ela própria. Em outras palavras: a sociedade não nasceu heterossexual, ela se transformou, no decorrer dos anos, através da chamada *heterossexualidade compulsória*¹, termo trazido por Adrienne Rich (1984) e depois desenvolvido por diversas autoras, como Butler (2000, 2003).

Ao problematizar a heterossexualidade compulsória, e a sociedade heterossexual, Butler (2003) chega a questionar a construção dos conceitos de sexo e gênero, afirmando que, se a naturalização da sexualidade é produzida discursivamente, o construto de sexo é tão culturalmente construído como o de gênero e que, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003, p. 25).

O gênero enquanto categoria histórica também foi amplamente estudado e discutido, sendo “(...) the linguistic index of the political opposition between the sexes. Gender is used in the singular because indeed there are no two genders. There is only one: the feminine, the 'masculine' not being a gender. For the masculine is not the masculine but general” (WITTIG, 1992, p. 60). Assim, a própria categoria de gênero² é uma categoria também criada e difundida culturalmente, a partir da linguagem e da gramática e, muitas vezes, confundida com o sexo (SCOTT, 1990; WITTIG, 1992; BUTLER, 2003). Inclusive a própria noção de sexo enquanto estrutura binária pode ser compreendida como um efeito da construção social do gênero. Ao ser situado no domínio do pré-discursivo, é assegurada a estrutura binária do sexo de forma eficaz e segura: “Essa produção do sexo *como* pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção social que designamos por *gênero*” (BUTLER, 2003, p. 25-26).

¹ Em seu artigo clássico, numa linha de raciocínio compatível com o argumento previamente citado de Wittig, defende que as bases da sociedade são heterossexuais e explica como ela é reafirmada compulsoriamente pelas instâncias e práticas sociais.

² Cabe ressaltar que essas características descritas de gênero fazem sentido na língua inglesa. Nas línguas latinas, se quer é utilizado o termo gênero antes do impacto das teorias feministas, somente nas gramáticas.

Desta forma, não basta apenas ser mulher em um sentido estritamente biológico: é preciso se identificar como tal e, ainda, se portar e vestir o seu corpo como tal. É preciso ter o “velho sonho da simetria” de Irigaray, discutido por Butler (2003), no qual se assume uma continuidade causal entre sexo, gênero e desejo. Essa ‘ilusão simétrica’ perpetua a *heterossexualidade compulsória*, na medida em que remete a uma naturalização do gênero dentro de uma relação binária entre o masculino e o feminino, a partir da lógica do desejo heterossexual: “A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições indiscriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e fêmea””. (BUTLER, 2003, p. 39)

As raízes do padrão heteronormativo se encontram então inscritas em nossos corpos e naturalizadas em nossos discursos e práticas sociais. Contudo, há de se ressaltar o caráter histórico e cultural da naturalização de sexo, sexualidade e gênero como construtos políticos de controle dos corpos e manutenção de poder. Um dos grandes estudiosos sobre como as práticas sexuais são produzidas e difundidas nas sociedades é Foucault (1998). Em sua obra *A História da Sexualidade: a vontade de saber*, traçou um parâmetro histórico de construção da sexualidade e das práticas sexuais através da genealogia da invenção do sexo, da sexualidade e seus prazeres, chamando atenção ao caráter político que envolve não somente a criação mas, principalmente, a manutenção dos mesmos.

A sexualidade então, para Foucault (1988), se apresenta como um dispositivo histórico permeado pelas relações de poder contidas em um determinado momento da história. O *dispositivo*, por sua vez, pode ser entendido como um conjunto de aparato de redes reguladoras de poder, como as instituições, a arquitetura, as leis, as proposições filosóficas e morais, etc. “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2012, p. 364), sendo sempre dado a partir de uma função estratégica dominante.

Afirmar que o dispositivo tem uma natureza estratégica é problematizar a manipulação das redes de poder. “É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2012, p. 367). Ao discutirmos o dispositivo da sexualidade, em específico, como um aparato cultural de manutenção de poder sobre os corpos e a produção de discursos e práticas que envolvem a sexualidade (e, por conseguinte, o sexo e o gênero), contextualizamos a criação da categoria do sexo como natural, do gênero na linguagem e

da sexualidade como “verdade do sujeito”, todas históricas e formadas a partir da cultura e das relações sociais e de poder que dominam em um dado momento histórico. A partir desta perspectiva, essa noção essencialista binária de sexo e gênero se torna insustentável.

Ao entendermos a historicidade da sexualidade em nossa sociedade, devemos então compreender *como* operam os dispositivos que produzem e regulam a sexualidade e nossos corpos. Nas palavras de Foucault (1970):

Suponho que em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1970, p. 09).

Assim, esse controle se encontra presente, a partir da ótica de Foucault (1970, 1988, 2000, 2010, 2012), no discurso. A própria linguagem é um marcador simbólico de diferença: ao pré-concebermos uma criança como menina ou menino, já estamos carregando esta com toda uma rede de significados e marcações simbólicas de como se vestir, como se portar, o que falar, quando falar, que posição de gênero assumir. Ao ser “Ela”, simplesmente, tem-se todo um aparato normativo que se deve seguir, inclusive aquele ligado a heteronorma de se relacionar sexual (e emocionalmente) com “Ele”. Caso isso não seja feito, ela sabe que estará sendo automaticamente retirada da linha da normalidade. Mas por que isso seria um problema? Em que medida não se adequar aos padrões heteronormativos pode trazer consequências severas aquele que assim o faz? Por que alguns indivíduos lutam para se adequar à norma, inclusive sofrendo processos psicológicos dolorosos para se ‘curarem’ de sua sexualidade considerada desviante? Ou, até, cultos ao corpo tão sofridos, como a malhação desenfreada e a cirurgia plástica para, cada vez mais, adequarem-se às expectativas culturais do que um homem ou uma mulher *devem* ser?

A proliferação de discursos são mecanismos de controle não somente de corpos e padrões, mas de todos os termos e instituições que regem uma sociedade. “Atualmente, pode-se pensar que a maior parte das funções de poder – contra as quais o indivíduo resiste – se difunde pelas vias do saber” (FOUCAULT, 1970, p. 35). Para Foucault (1970, 2004, 2012), as relações de poder envolvidas na nossa sociedade devem ser pensadas como produtoras de verdade, escolhendo os discursos visíveis e, conseqüentemente, verdadeiros. Assim, o discurso e a linguagem têm um peso grande em relação ao poder proliferado e no que é tido como verdade.

O poder, difundido então pelas vias do saber, tem sua força reiterada ao se exercer através da produção do discurso. Porém, deve se pensar que o poder não é uma instância que governa, ou algo ou alguém, e sim uma força coerciva que se exerce pelas vias do saber (FOUCAULT, 2000, 2010, 2012). Saber é poder e, por isso mesmo, existe uma lacuna entre a força que exerce e a pessoa que o recebe. Cabe ressaltar que:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012, p. 45).

Desta forma, é importante ressaltar que o poder não se exerce somente como uma força coercitiva que domina e restringe punindo, mas também como um saber que produz novos saberes e, por isso mesmo, pode, por meio do mesmo saber que um dia o reiterou, modificá-lo, questioná-lo. Foucault (1970) ressaltava que ao literalmente nomear algo ou alguém onde se exerce poder “é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder” (FOUCAULT, 2012, p. 139).

Não só as identidades heterossexuais se constituem por referência à norma binária de gênero, mesmos as identidades transgressoras se constituem por referência à mesma norma (LOURO, 1997, 2004; BUTLER 2000, 2003; LIONÇO & DINIZ, 2009). Eribon (2008) explica no prefácio de seu livro, *Reflexões sobre a questão gay*, que não se trata de criar novas identidades mas sim “recriar a identidade pessoal a partir da identidade atribuída” (ERIBON, 2008, p. 17).

O discurso nomeia, categoriza as formas de se viver a sexualidade e o gênero, por meio das injúrias e insultos sobre os desejos de sujeitos que não se enquadram no padrão heteronormativo (ERIBON, 2008). Assim, se a sexualidade não é enquadrada na lógica heteronormativa, ser homossexual já é considerado inicialmente como um problema, como anormal: a própria nomeação de gay, lésbica, travesti e assim por diante é considerada pela sociedade como condenável, uma injúria.

Ao pensarmos na heterossexualidade compulsória e na proliferação de discursos que a assegura, verificamos que esta ordem é mantida não somente por instituições sociais – como o Estado, a Escola, a Igreja, etc – (BOURDIEU, 2000) mas também em pequenas ações do dia a dia, como em uma conversa com um amigo, afinal, tod@s somos produtor(a)s de discurso e,

assim, produtor(a)s de verdades. Fomos ensinad@s a usar certos termos pejorativos relacionados ao sexo e à orientação sexual como *xingamentos*: um amigo xinga o outro de ‘viado’ até quando quer parabenizá-lo; uma mulher xinga a outra de ‘piranha’ quando quer diminuí-la, ou de ‘vadia’ até quando está brincando entre amigas. Afirmções vistas como inocentes, porém, repletas de significados e naturalizações pesadas que, de uma forma ou outra, perpetuam a heteronorma de uma forma quase que invisível (BUTLER, 2000; ERIBON, 2008; BORRILO, 2000).

É necessário problematizar a questão da propagação da heteronorma como algo não longe de nós e fora do nosso controle, mas algo conduzido por nós mesm@s. Este papel não cabe só a instituições e seus discursos legitimados pois não são somente elas que produzem saber através de discursos. Podem ser mais fortes e poderosas, mas não são as únicas: ao conversar com uma colega e falar “ah, mas mulher é assim mesmo!” estou, de forma bem sutil, também perpetuando o mesmo discurso que as instituições reiteram. E, assim, prolifero igualmente o preconceito e a discriminação que impedem que estas pessoas circulem em espaços sociais de forma livre e igualitária.

Aqui cabe ressaltar novamente a importância de, então, conceber o gênero como uma categoria política pois somente assim poderá ser compreendido esse controle dos corpos feito pelas instituições e pelos seres que nelas estão inseridos através do discurso (SCOTT, 1990; LOURO, 1997; BUTLER, 2003). Como bem argumenta Scott (1990): “São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e várias significações enfrentam-se para conseguir o controle” (SCOTT, 1990, p. 12).

Dentro destes processos políticos de enfrentamento, ao ser analisada a crítica à naturalização da heterossexualidade, os movimentos LGBTT se tornam particularmente importantes, pelo amplo questionamento que fizeram às suposições dominantes sobre gênero e sexualidade (PARKER, 2001; WEEKS, 2000; LOURO 2000, 2004).

Tomando a homofobia como uma destas formas de exclusão, de maneira análoga ao que acontece com o racismo e a xenofobia, “o homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação” (BORRILO, 2000, p. 14); porém, a partir de novas representações culturais, essa impossibilidade de identificação é enfraquecida, aos poucos, na mesma proporção em que aumentam as possibilidades de identificação. Neste sentido, a produção

de outros saberes contribui para questionar estes padrões, para que não sejam mais a bússola que guia as práticas sociais.

O termo homofobia surgiu pela primeira vez em 1971, mas somente no final dos anos 1990 que foi inserido nos dicionários europeus (BORRILO, 2000). O surgimento do termo deu visibilidade à hostilidade contra homossexuais – aqueles que se relacionam sexual e afetivamente com pessoas do mesmo sexo – ao mesmo tempo que questionou suas raízes e consequências. Ao analisar a palavra, *homos* (igual) e *fobia* (aversão), verificamos que essa hostilidade é dada de forma aleatória e irracional, sem motivo aparente, pois uma aversão é um sentimento de antipatia, de desgosto, sem razões lógicas. Apesar desta rejeição irracional, Borrillo (2000) problematiza que não se deve reduzir a homofobia a este aspecto: é uma manifestação de ódio arbitrária com raízes complexas, tendo então, paradoxalmente, uma racionalidade própria passível de análise e combate. Por conseguinte, não se deve reduzir a homofobia somente aos homossexuais, “mas igualmente contra o conjunto de indivíduos considerados como não conformes à norma sexual” (BORRILO, 2000, p. 26). Como argumenta Segato (2003) acerca da violência hierárquica, exemplificada pelo sexismo, mas também pelo racismo e pela homofobia, a compreensão da racionalidade que a fundamenta é um requisito para combatê-la.

Segato (2003) questiona a dificuldade de acabar com a violência de gênero, por ela própria estar igualmente inserida na sua estrutura. Ou seja: acabar com a violência de gênero, como descreve a autora, é reformar os aspectos que constituem as relações de gênero tal como é conhecido e concebido pela sociedade como normal, e não somente elaborar leis para coibir a violência. Nesse sentido, a autora problematiza que para ocorrer uma mudança na visão do gênero na sociedade não se deve apenas criar legislações e punições em relação à violência no que tange ao gênero e à sexualidade, mas também se torna imprescindível a criação de ações educativas que visem o não investimento na mesma lógica da qual a violência se alimenta.

A questão da homofobia – e de qualquer tipo de hostilidade relacionada a outras formas de se viver a sexualidade e o gênero além da heteronorma – na sociedade atual se torna de relevância ética e política no que tange à construção de espaços de direitos nos quais homossexuais, lésbicas, transsexuais, transgêneros, bissexuais e todos que não se enquadram no padrão heteronormativo sejam reconhecidos como legítimos e tenham direito a transitarem livremente pelo espaço público. A partir da visibilidade nos discursos sociais, educativos, midiáticos e políticos, pode-se pensar em uma sociedade mais igualitária, na qual se respeitem os

direitos das pessoas não-heterossexuais.

CAPÍTULO 02: O PODER DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA QUESTÃO PEDAGÓGICA

Ao analisar como a comunicação constrói a realidade, Guareschi (1991) discute que algo ou alguém existe na sociedade – ou deixa de existir – na medida em que é veiculado, comunicado. É certo que, independentemente da sua apresentação ou não em meios midiáticos há pessoas e coisas que existem; entretanto, o que autor chama atenção na sua reflexão é na âncora à realidade dos fatos que existe na medida em que eles estão sendo veiculados. Para exemplificar, explica que em uma linguagem corriqueira, utilizamos o noticiário televisivo para determinar se algo ainda está acontecendo ou não: “ah, aquela greve deve ter acabado, pois a televisão não mostrou mais nada...”. Portanto, ao escolher que informações veicular, a comunicação se torna duplamente poderosa, pois ao mesmo passo que cria realidades pela voz que dá faz com que outras inexistam por serem silenciadas. (GUARESCHI, 1991; FOUCAULT, 1970, 2012).

Nesse sentido, a mídia se torna de complexa e alta importância na construção de subjetividades, pois ela não somente apresenta identidades passíveis de identificação, como também produz posições, na medida em que seleciona quais discursos serão apresentados. Coutinho & Quartieiro (2009) chamam atenção ao interesse político e ideológico por trás da atração dos ‘olhares das mídias’. A escolha do que será visível ou não na mídia jamais é aleatória. Normalmente, tais posições e papéis são ainda frequentemente naturalizados (SIQUEIRA, 2005).

Ao analisarmos a origem do termo mídia, verificamos que ela vem do latim *medium*, que significa meio, canal, conexão entre dois pontos. Assim, pode-se entender a mídia como “todo e qualquer suporte material que estabeleça uma conexão entre dois pontos ou mais, com a finalidade de transmitir e receber informações” (KLEIN, 2006, p. 81). Essa conexão, portanto, que recebe e transmite informações, deve ser pensada como um aparato que escolhe especialmente os pontos que irá unir, de acordo com as relações sociais e de poder que envolve. A partir desta perspectiva, os meios de comunicação têm uma força política de mudança ou de reprodução social, pois ao serem escolhidos os discursos visíveis e invisíveis na sociedade, escolhem, também, os sujeitos que existem ou não existem na mesma. Nesse sentido, os códigos culturais presentes nos meios de comunicação constituem e normatizam não somente a criação da

informação, mas principalmente a forma como elas são percebidas, recebidas, entendidas pelas pessoas (FISCHER, 2007).

Fischer (1997, 2000, 2001a, 2002) traz uma discussão interessante em torno da mídia como produtora de sentidos e sujeitos a partir da seleção de discursos que seleciona como visíveis. Ela chama atenção ao caráter pedagógico de ensinar modos de vida e de ser e estar no mundo que a mídia tem, a partir dos saberes que prolifera e alimenta em uma sociedade. O *dispositivo pedagógico da mídia*, como intitulou com base em conceitos foucaultianos, é uma ferramenta que permite olhar para a mídia não somente como um veículo de informações aleatórias, mas como um aparato cultural de grande significação na formação de indivíduos e subjetividades na medida em que as apresenta sob determinada ótica. Nesse sentido, a mídia tem um caráter pedagógico, e se constitui como um espaço de formação, assim como a escola, a família, as instituições religiosas (FISCHER, 2002).

Embora seja inegável a força dos meios de comunicação, é importante ressaltar que o sujeito não é apenas um ser passivo neste processo de aprendizagem; cada um irá reagir de uma forma determinada a uma determinada propaganda, notícia ou reportagem a partir de sua subjetividade e do canal de comunicação utilizado (LÉVY, 1997). Contudo, não podemos negar a sua força de constituição da verdade nas sociedades, pois se o saber é proliferado através do discurso e saber é poder (FOUCAULT, 1970, 2012), o discurso constituinte das comunicações em massa têm um potencial para produzir subjetividades. A palavra nos meios de comunicação constrói identidades, chegando até mesmo a definir alguns grupos sociais como melhores ou piores, confiáveis ou não confiáveis.

A mídia tem diversas formas de se apresentar e está contida, de uma forma ou de outra, em todos os meios de comunicação e, independente de sua forma técnica (rádio, televisão, internet, cinema, etc), ela tem um caráter invariável de onipresença (FISCHER, 2007). Com o avanço da tecnologia da informação, a internet se torna um espaço peculiar de disseminação de saberes, pela sua característica de rapidez e globalização – as informações estão disponíveis e podem ser acessadas de quase todo o mundo. Assim, uma notícia saída em um país pode estar disponível em segundos no ciberespaço, o que caracteriza a aceleração da globalização de forma relevante com os meios de comunicação digitais (MARON, 1997).

Antigamente, o alcance do recurso audiovisual se limitava à televisão e ao cinema; porém, com a tecnologia da informação, é possível produzir um vídeo na internet de forma amadora e

conseguir proliferar ideias ao redor do planeta em questões de segundos, assim como assistir a vídeos, filmes e documentários que estão disponíveis para *download*. A internet facilita a expressão das identidades por sua rapidez e facilidade de uso (BAUMAN, 1997), e o seu poder disseminador se torna altamente relevante e até mesmo estratégico nos meios de comunicação.

Bauman (2001, 2004, 2007) estuda como a internet afeta a subjetividade e os relacionamentos humanos no que chamou de *modernidade líquida*, período caracterizado pelo aumento da velocidade em detrimento da duração nas relações humanas. Em sua obra *Amor líquido* (2004), analisa como os relacionamentos humanos estão frágeis e como a internet é uma ferramenta aceleradora deste processo. De acordo com o autor, se relacionar pela internet é mais fácil, pois a qualquer momento podemos deixar de responder, ou literalmente apagar as pessoas colocando-as na ‘lixeira’. Nesta reflexão, podemos compreender como a internet enquanto meio de comunicação não somente veicula informações, mas cria outras formas de subjetivação e relações humanas.

Apesar da força da internet, ainda não se pode ignorar a força de formação de subjetividades da televisão, por seu caráter atemporal³ (FISCHER, 2007) e o seu alcance facilitado e em grande escala. Ela veicula informações jornalísticas, culturais, apresenta ficções em novelas e filmes, entretenimento dos mais diversos a partir de uma visão de ser humano e de ser e estar no mundo. Assim, ao nos mostrar a vida de um personagem de novela está, também, potencialmente nos ensinando uma forma de enxergar e compreender a vida e a subjetividade. A televisão não somente veicula informações como ensina posições e papéis, reiterando verdades (FISCHER, 1997, 2000, 2001b).

O cinema, enquanto prática social, também não perde a sua relevância enquanto caráter pedagógico e de influência; na verdade, a sua extensão aumentou com a internet, pois em questão de dias após do seu lançamento um filme já está disponível para *download online*. O cinema já é objeto de estudos de teóricos de comunicação e educação por décadas, devido a sua força imersiva e criadora de sistemas de significação. Ao confundirmos as fronteiras da realidade e da ficção durante o filme, ele deve ser entendido como uma forma da realidade apresentar-se, ensinando modos de vida e desenvolvendo uma pedagogia (FABRIS, 2008). Na verdade, havia

³ A autora problematiza este caráter da atemporalidade explicando que, na televisão, pode ser contado em 60 minutos uma retrospectiva de anos atrás. Pode ser assistido a um filme antigo, que retratava uma outra sociedade, na atualidade. O presente e o passado se confundem.

um tempo onde o cinema era o absoluto entretenimento (LOURO, 2008), tempo onde não havia televisão, muito menos internet.

O audiovisual tem grande relevância em relação ao seu caráter pedagógico entre os estudiosos da comunicação e educação. Desta forma, foram ampliados os estudos em torno de *como* o audiovisual é recebido pelo espectador para ampliar a compreensão de formas específicas de recepção do texto audiovisual. Contudo, nos estudos culturais, a compreensão é de que a mídia não tem a capacidade de influenciar o espectador, pois a forma de recepção da mensagem codificada depende do espectador (HALL, 2003). O autor critica essa linearidade entre a decodificação da mensagem e sua recepção ao descrever a mensagem midiática, chamando atenção à forma discursiva que é feita a circulação e distribuição do produto traduzido em práticas sociais.

Uma outra autora importante que estuda, particularmente, o modo de recepção – mais precisamente, o *modo de endereçamento* – do audiovisual – em específico do cinema – é Elizabeth Ellsworth. Ela descreve o modo de endereçamento como um termo dos estudos do cinema, com grande peso político e social, no qual é resumido basicamente na pergunta: “quem este filme pensa que você é ou quer que você seja?” (ELLSWORTH, 2001, p. 26). Ou, melhor: o que aquele noticiário quer que você saiba, em que informação quer que você acredite, como quer que aja?

A partir da noção de modo de endereçamento, é possível estudar a estruturação da relação entre os filmes e seus telespectadores e como esta estrutura nos posiciona como sujeitos a partir do momento que nos direciona a uma determinada identificação com a posição social ocupada no filme. Desta forma, o modo de endereçamento de um produto audiovisual deve ser analisado em sua complexidade e seus desdobramentos, uma vez que pode ser compreendido como uma forma de mudança (ou reprodução) social (ou, ao menos, estímulo) pelas formas que as pessoas são endereçadas pelos vídeos (ELLSWORTH, 2001).

O endereçamento enquanto caráter pedagógico no posicionamento do sujeito também é relevante no que tange à apresentação midiática por conta do olhar do *dispositivo pedagógico da mídia* (FISCHER, 1997) e sua força na formação de identidades e reiteração de discursos. Longe de ser uma produção aleatória de informações, a mídia tem um modo de endereçamento objetivo e específico, criando e proliferando realidades através da reiteração de um estilo de noticiário, de

programas de entretenimento e comerciais televisivos, ditando normas e formas de enxergar o mundo.

Ellsworth (2001) chama atenção ainda à aplicação dos modos de endereçamento na educação, em especial, para os educadores. Para explicar, exemplifica que entre o espectador e o filme existe um espaço volátil, e que é neste espaço que se encontra o modo de endereçamento e, por conseguinte, o sucesso ou fracasso de um filme. Ao fazer uma analogia do modo de endereçamento de um filme ao currículo escolar, discute que é exatamente neste espaço de incerteza que o professor deve fazer com que o aluno vá além de suas indagações, além do que pede ou mostra o currículo. É no espaço incerto de recepção entre o currículo e o sujeito educado que o educador deve trabalhar.

Entretanto, o que acontece, muitas vezes, é o contrário: o professor tenta eliminar ou desviar a aprendizagem do aluno deste espaço incerto. Ainda mais: as formas de ensino (livros, vídeos didáticos) se parecem cada vez mais alinhados com os padrões normativos da sociedade. É só recordar das aulas de biologia e corpo humano: somente são estudados os sistemas reprodutórios masculino e feminino, assim como relações sexuais entre homens e mulheres, muitas com um foco majoritariamente reprodutivo: como se fossem reduzidas ao coito vaginal e a fecundação. A autora, então, indaga: “o que significa para os educadores começar a reconhecer o paradoxal poder do endereçamento nos textos educacionais?” (ELLSWORTH, 2001, p. 58).

Em sua resposta, descreve uma diferença vital entre um filme e o processo educacional: a avaliação. Após aprender algo na escola, o aluno é avaliado por um teste para verificar o nosso grau de aprendizagem, que lhe dará uma menção quantitativa sobre o quanto aprendeu. No filme, não avaliamos o conhecimento que obtivemos ao assisti-lo. O problema na aprendizagem escolar, para a autora, é que no teste o aluno é levado a verificar algo certo, exatamente o que o currículo quis passar, ignorando a volatilidade da recepção da mensagem, as contradições e complexidade da pedagogia envolvida em um aprendizado. Ele é recompensado, com uma nota máxima, em descrever exatamente o que o currículo diz; em contrapartida, seu conhecimento crítico fica prejudicado, pois, em analogia com a mídia, é como se o aluno recebesse as informações midiáticas de forma linear, sendo e agindo da forma como a mídia induz, como se fosse um ser passivo na recepção/decodificação da mensagem. Contudo, não podemos ignorar que a informação midiática se mostra de uma forma ‘compensada’, assim como o currículo, como se,

ao optarmos pelo modo de endereçamento trazido, estivéssemos confortáveis ao enfrentar a ambivalência de nossas posições perante a sociedade. (ELLSWORTH, 2001).

Ao pensar no modo de endereçamento midiático, não podemos ignorar a dificuldade que envolve a mudança de concepção da sexualidade e do gênero em uma sociedade, por esta ser produto e produtora das relações de poder que a constituem. Entretanto, da mesma maneira que um professor pode – e deve – achar o espaço de volatilidade entre o currículo e o aluno, o audiovisual (seja televisivo, cinematográfico ou *online*) também pode questionar os padrões estabelecidos, na medida em que traz novas significações e formas de ser e estar no mundo além dos padrões vigentes em suas representações.

Neste sentido, com produções na mídia de ordem mais complexa contribui-se para processos de reflexão das próprias identidades dos indivíduos, tanto para os homens como para as mulheres (SIQUEIRA, 2004). Pensando no filme em específico, a autora ressalta que deve se tratar do seu valor não somente como meio de acesso a informações, mas da descoberta do seu potencial educativo e provocador, no sentido de abalar certezas e visões dicotômicas estabelecidas, propiciando reflexões sobre outras possibilidades de ser e estar no mundo.

Finalmente, com relação às informações veiculadas pela mídia, independentemente do seu canal utilizado, não há como negar a sua força na construção de verdades e posições sociais. Entretanto, devemos pensar que a verdade é construída e reiterada por estes mundos e seus sistemas de poder e que

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder –, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. (FOUCAULT, 2012, p. 54)

CAPÍTULO 3: A HOMOFOBIA NO ESPAÇO ESCOLAR

A escola sem dúvida ocupa um lugar central nas vidas dos indivíduos, sobretudo nos meios urbanos, devido à quantidade de anos que passamos dentro dela, além de ser um espaço indiscutível de formação social. Ela é um espaço público para a promoção da cidadania, e não apenas um espaço transmissor formal de conhecimentos (LIONÇO & DINIZ, 2009). Esses conhecimentos, antigamente, eram transferidos de forma linear, no qual o professor era o que detinha o saber e o aluno o que iria aprender, sem uma troca (ILLICH, 1980). Porém, estudos recentes vêm sinalizando que para a formação crítica do aluno no espaço escolar, este também necessita ocupar o papel de produtor de saber, pois a relação não é linear e sim dialógica⁴.

Em termos foucaultianos, a escola tem um peso ainda maior, pois é um espaço privilegiado de produção de saber. Em sua célebre obra *Vigiar e Punir* (2010), Foucault descreve como surgiram os colégios, com base no modelo de convento. À semelhança dos quartéis do exército, o colégio e o convento surgiram como uma forma de *disciplina*, com a intenção de organizar e distribuir os indivíduos no espaço (FOUCAULT, 2010). A disciplina seria um conjunto de métodos que “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2010, p. 133).

Aqui, chega-se a uma das questões centrais da obra: a disciplinarização dos corpos como objeto e alvo de poder. Os “corpos dóceis”, como intitula, são corpos submissos que, por conta de urgências capitalistas, são operados de forma a serem cada vez mais úteis e, para isso, cada vez mais obedientes e controláveis. No ambiente escolar atual, podemos enxergar ainda resquícios de práticas implantadas no século XVII: classes homogêneas, fileiras, a literal separação através do saber ou das capacidades, hierarquizando-as, o ensino seriado (FOUCAULT, 2010). Essa divisão da escola em seus primórdios traz consequências até hoje, pois com essa separação, ela delimita

⁴ Utilizo a concepção dialógica como a da teoria da complexidade de Edgar Morin, aonde nenhum acontecimento é descontextualizado. Ao descrever a dialógica da ordem/desordem/organização, Morin nos oferece subsídios para pensar em níveis macro e micro de acontecimento, com a compreensão de que “o todo está na parte que está o todo” (MORIN, 2003, p. 11), dando um caráter altamente relacional à existência e vivência humana e tornando o conceito de causa/efeito obsoleto e sem sentido.

espaços, informando o local de cada um: “o prédio escolar informa a todos/as a sua razão de existir” (LOURO, 1997, p. 58).

Atualmente, a escola ainda se apropria dessa ideia separatista: um aluno com o dito *problema de aprendizagem* precisa estar em uma sala separada, pois ‘não será capaz de acompanhar a turma’. Em alguns casos, até chega a ser afirmado que ele irá atrapalhar o desenvolvimento dos outros colegas. Meninos e meninas fazem filas diferentes para ir ao recreio, pois não devem se misturar; nas aulas de educação física, ambos exercem atividades diferentes, ocupando espaços diferentes. Nos livros didáticos de biologia, somente aprendemos a relação sexual entre homens e mulheres. Assim, o espaço escolar reitera a heteronormia e os padrões de gênero em diversas práticas sociais, tão naturalizadas que são quase invisíveis. (BOURDIEU, 1999; BRITZMAN, 2000; LOURO, 2000, 2003, 2004; MOREIRA, 2005; LIONÇO & DINIZ, 2009). Entretanto, apesar da escola ainda ter certas visões arcaicas, as diretrizes educacionais são constantemente renovadas – o que não quer dizer que, necessariamente, sejam menos controladoras.

Uma ideia importante para se entender o ambiente escolar está em algo compreendido como *currículo oculto*:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes. Entre outras coisas, o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo. (...) Aprende-se, no currículo oculto, como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia (SILVA, 2002, p. 78-79).

A partir desta noção de currículo oculto podemos compreender as práticas escolares a partir de uma outra perspectiva, que vai muito além da estrutura técnica do currículo escolar, baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n 9.394/96⁵, no Plano Nacional de Educação⁶ e nos Parâmetros/Diretrizes Curriculares Nacionais⁷.

⁵ A Lei 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu Artigo 1º, considera que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizacionais da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996).

⁶ O Plano Nacional de Educação é uma lei, alterada em 2010, que delimita as diretrizes para a elaboração de planos dos Estados, Distritos Federais e Municípios relativas à Educação Nacional. Os Planos têm vigência de 10 anos. Os objetivos do atual PNE são: elevar globalmente o nível de escolaridade da população; melhorar a qualidade de ensino

O currículo, enquanto ferramenta pedagógica, pode ser compreendido então não apenas como informativo, mas como uma organização de conhecimento que dá corpo a formas particulares de agir, de ser e ver o mundo (POPKEWITZ, 1994). Nele, são aprendidas atitudes, comportamentos, valores e orientações (SILVA, 2002), e é nestas bases que se deve pensar em currículo oculto, como uma pedagogia de modos de ver e ser no mundo, que vai além de legislação do que deve se constituir, seja de forma técnica ou de valores, um currículo escolar.

Assim, o processo de escolarização se dá não somente em regras e padrões cognitivos de construção de conhecimento, mais principalmente nas relações de poder que estão “entranhadas na seleção, organização e avaliação do conhecimento escolar” (POPKEWITZ, 1994, p. 183). O autor enxerga o conhecimento curricular e a sua forma de dissipação por meio de formas de regulação de poder, por meio de formas como dizemos a verdade.

Em relação à construção das identidades sexuais e de gênero, há uma dificuldade em problematização destas questões no ambiente escolar por elas estarem tão naturalizadas e interiorizadas, tanto pelos alunos como pelos próprios professores (LOURO, 2000; MOREIRA, 2005). Portanto, se torna imprescindível uma formação não somente dos alunos como dos professores, no sentido de abalar as dicotomias enraizadas no cotidiano e naturalizadas em práticas sociais. Moreira (2005) argumenta que isso demanda um olhar crítico sobre suas próprias práticas, pois um “simples olhar” julgador de um professor pode ser reiterador de uma hegemonia heterossexual e, assim, proliferador de preconceito. Foucault (1970) chama atenção para o caráter político envolvido na modificação dos discursos proliferados nas escolas: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (p. 44).

Como a instituição escolar é regulamentada pelo Estado – por meio de leis e diretrizes curriculares que orientam as práticas educativas–, este participa da produção das sensibilidades coletivas, as formas que enxergamos e damos sentido à nossa experiência, pois em certa medida direciona quais valores e crenças o sistema de ensino deve proliferar. Nesse sentido, a escola

em todos os níveis; reduzir as desigualdades sociais e regionais e democratizar a gestão do ensino público. (LEGISLAÇÃO, 2010).

⁷ O Parâmetro Curricular do Ensino Médio, o qual define as diretrizes para a formação do currículo em si, com base no Plano Nacional de Educação e na Lei 0.392/96, determina que o currículo “enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando a integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva”. (BRASIL, 2000, p. 15).

pode ser vista como uma ‘ferramenta política emancipatória’, como afirmam Lionço e Diniz (2009), por seu poder transformador na superação de processos e práticas discriminatórias instaurados socialmente.

Uma peça central deste sistema é o Ministério da Educação. Apesar da nomenclatura, só passou a cuidar efetiva e exclusivamente da área em 1995⁸ e atualmente é o espaço onde são produzidos e realizados projetos educacionais complementares às diretrizes básicas e legislativas da educação citadas anteriormente. Foi neste espaço que foi criado o tão comentado “Kit anti homofobia”⁹; porém, a sua base, o *Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*¹⁰, foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, segmento do Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 2004.

Para a seção da Educação e a produção de indicadores que avaliam como está acontecendo a homofobia no contexto escolar, foi realizada uma pesquisa intitulada Projeto Escola Sem Homofobia¹¹. A pesquisa, de cunho qualitativo, realizada em 11 capitais brasileiras e nas 5 regiões do país, tinha o objetivo de “Conhecer a percepção das autoridades educacionais, equipe docente, e alunos de 6º ao 9º ano de ensino fundamental da rede pública de ensino, sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, para dar subsídios ao programa Brasil sem Homofobia.” (REPROLATINA, 2011, p. 20).

⁸ Informação retirada do próprio site do MEC:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1164

⁹ Esta nomenclatura não é encontrada no Projeto Escola Sem Homofobia. O nome utilizado é: **Kit de material educativo Escola sem Homofobia**, em uma nota oficial assinada por ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais Travestis e Transexuais; Pathfinder do Brasil; ECOS – Comunicação em Sexualidade; Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, saída no site *inclusive.org*, no dia 20 de janeiro de 2011. Para mais informações: <http://www.inclusive.org.br/?p=18368>

¹⁰ Este Programa apresenta um “conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate às várias formas de violação dos direitos humanos GLBT” (CONSELHO, 2004, p. 07). Dividido em 12 seções, que são as bases para a sua implantação, e chama atenção principalmente à necessidade de serem definidos indicadores para ser realizada uma avaliação sistemática e oficial da situação dos homossexuais brasileiros e vítimas da homofobia em diversos ambientes.

¹¹ No relatório técnico final da pesquisa, fornecido pela REPROLATINA, é esclarecido que a “pesquisa de cunho qualitativo não pretendeu só confirmar que a homofobia está presente nas escolas; também não buscou comparar quantitativamente se a homofobia está aumentando ou diminuindo nem se há regiões do país com maior frequência de eventos homofóbicos. Seu objetivo foi tentar compreender como são abordadas as diversidades sexuais nas escolas, conhecer melhor se existe homofobia nas escolas, quais são as causas que originam e permitem que a homofobia continue vigente, conhecer se as políticas públicas relacionadas estão ou não implementadas nas escolas e quais as causas que fazem com que as políticas públicas não tenham o efeito esperado de reduzir a homofobia” (REPROLATINA, 2011, p. 19).

Para seus fins, nas escolas escolhidas foram entrevistados não somente alunos e professores, mas diretores, pessoal do apoio administrativo, coordenadores pedagógicos e até mesmo secretários municipais/estaduais de educação. Cabe ressaltar que, além de entrevistas, a coleta de dados foi realizada por meio de grupos focais, observações e entrevistas informais. Foi realizada também uma capacitação teórica e prática com a equipe de pesquisadores, de 40 horas, visando uma uniformização de conceitos e referências teóricas e práticas. Ao total, foram entrevistadas 1.406 pessoas (REPROLATINA, 2011).

Entre seus resultados, foi verificado que em todas as capitais brasileiras havia escolas com símbolos e práticas religiosas, ferindo o artigo 19 da Constituição Federal¹², assim como usualmente acontece em diversas instâncias públicas do país. Ao serem questionados sobre tais práticas, alguns inclusive não sabiam se quer o significado da palavra laicidade¹³.

A pesquisa descreve várias situações de preconceito e discriminação presenciadas no ambiente escolar, sendo algumas delas realizadas por profissionais da própria escola. As autoridades municipais e estaduais de educação afirmaram que a educação está implementada de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, porém, nas entrevistas realizadas com alunos e professores, muitos demonstraram desconhecimento com relação a políticas públicas e práticas pedagógicas no âmbito da educação sexual. Não obstante, a maioria dos professores acha que isso é função do professor de biologia, e não se sentem preparados para tratar do assunto com os alunos. Esse reconhecimento do despreparo dos professores para trabalhar a educação sexual também foi abordado por diversos gestores em educação.

Na opinião dos professores, este despreparo se dá por conta da falta de oportunidades e capacitação para se lidar com o tema. Além disso, muitas vezes foi citada também a reação desfavorável das famílias em relação a abordar o assunto da sexualidade, assim como a mistura de papéis dos professores ao lidar com estas questões, colocando, muitas vezes, os seus valores e crenças pessoais na forma como se colocam e agem sobre o tema da homofobia. Finalmente, na visão de diversas autoridades e docentes, a abordagem do tema deve ser “discreta” para não

¹² “Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” (BRASIL, 1988)

¹³ Esta questão pode acarretar problemas sérios, como discute a REPOLATINA em sua análise: “em que medida tal simbologia atua como um elemento educador em sexualidade e fortalecedor da heteronormatividade dentro das escolas públicas?” (REPROLATINA, 2011, p. 31).

causar reações contraditórias ou “incentivar” crianças e adolescentes a terem uma orientação sexual homossexual. Os homossexuais ainda são visto como ‘anormais’ e com tom comiserativo por diversos professores, denunciando um preconceito enraizado e naturalizado. Na palavra de um deles: “eu não acho normal, mas é uma escolha de cada um” (professor/a, Natal, REPOLATINA, 2011, p. 40).

Quando os professores foram questionados se um aluno poderia ir travestido à escola, todos responderam que não seria conveniente porque eles se transformariam em alvo de chacota e isso transtornaria a paz estudantil, assim como causaria transtornos a própria dinâmica em sala de aula. Em relação à utilização do nome social e do banheiro feminino pelas travestis e/ou transsexuais, foi quase unânime a ideia de que seria, no mínimo, inconveniente. Em contrapartida, um estudante diz: “acho desumano alguém ter que esconder a sua sexualidade” (REPOLATINA, 2011, p. 14).

Diante de todos estes indicativos, foi percebida a necessidade de se formular e implantar políticas públicas para capacitar docentes a lidarem com a questão da homofobia¹⁴ no ambiente escolar. Dentro deste contexto de implementação em consequência da verificação desta lacuna entre capacitação docente e a discussão e abordagem das questões relacionadas à homofobia, surgiu o “*Kit Anti Homofobia*”, com apoio e financiamento do Ministério da Educação¹⁵.

O kit de material educativo Escola Sem Homofobia¹⁶ fazia parte do Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado e constantemente avaliado pelo MEC e pela SECAD, com o objetivo de contribuir para a implementação do Programa Brasil Sem Homofobia. Para alcançar seus objetivos, o Projeto Escola Sem Homofobia confeccionou dois produtos: primeiro, um conjunto de recomendações elaboradas para orientarem a revisão, formulação e implementação de políticas públicas que problematizem a questão da homofobia no sistema educacional brasileiro; e, por conseguinte, elaboração de estratégias comunicacionais para trabalhar as questões da homossexualidade de uma forma mais justa.

¹⁴ Neste contexto, a homofobia não é utilizada como somente aversão à homossexuais, mas todos aqueles que transgridem às normas heterossexuais: gays, lésbicas, travestis, transgêneros, transexuais, bissexuais e etc.

¹⁵ No site do MEC, em sua parte de projetos, não foi encontrada nenhuma menção ao Kit, ao Projeto Escola Sem Homofobia ou ao Programa Brasil Sem Homofobia.

¹⁶ Apesar da extensa pesquisa nos meios de comunicação e sites do governo, só foram encontradas informações oficiais em torno do Projeto Escola Sem Homofobia no site da *inclusive.org* e da *ECOS – Comunicação em Sexualidade*, a empresa responsável pela criação do kit de material educativo e sua metodologia.

Dentro destas estratégias comunicacionais que foi criado o kit de material educativo, com enfoque à capacitação que seria dada aos professores que fossem utilizar o mesmo. O material do kit seria um subsídio para a formação dos professores ao trabalharem questões ligadas à homofobia no ensino médio, visando a desconstrução de estereótipos acerca de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Sua composição então seria de: um caderno, com conteúdos teóricos básicos e sugestões de dinâmicas para trabalhar a homofobia; uma série de 6 boletins, cada um tratando questões ligadas à sexualidade; três audiovisuais com guias de utilização, sendo dois DVDS e um conjunto de três vídeos¹⁷; um cartaz com o intuito de divulgar o projeto para pais e comunidade escolar e cartas de apresentação para o gestor de comunicação da respectiva escola. Apesar de sua estruturação concisa, o “kit anti homofobia” – como ficou conhecido midiaticamente – foi vetado pela presidente do país, Dilma Rousseff, no dia 25 de maio de 2011. Seu porta voz, Gilberto Carvalho, afirmou que a presidente achou o vídeo inapropriado¹⁸.

Entretanto, o kit de material pedagógico já havia sido apresentado e aprovado em um Seminário na Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 2010, onde estavam presentes, entre outros, o secretário do SECAD – André Lazaro – e um representante do MEC – Rodrigo de Oliveira Júnior¹⁹. Além disso, a UNESCO²⁰ havia feito um parecer técnico confirmando a legitimidade e aprovação do material, em 10 de fevereiro de 2011, assim como o Conselho Federal de Psicologia²¹, em 3 de fevereiro de 2011.

Então, me pergunto: o que de fato aconteceu? Como um material pode ser aprovado e depois considerado inapropriado? Como o discurso acerca da homofobia, da diversidade sexual e reprodutiva pode voltar a ser invisível perante os olhos do Estado?

¹⁷ Estes três vídeos, Torpedo, Probabilidade e Encontrando Bianca foram os que acabaram saindo na internet e sendo amplamente criticados pela mídia. Verificamos que são apenas um recorte do material como um todo.

¹⁸ Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>

¹⁹ Notas taquigráficas do Seminário: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/documentos/copy_of_notas-taquigraficas/2010/23.11.2010-escola-sem-homofobia

²⁰ Na íntegra: http://www.ecos.org.br/projetos/esh/BRA_REP_2011_0107_Toni_Reis.pdf

²¹ Na íntegra: <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/Ofc-0005-11.pdf>

CAPÍTULO 04. MÉTODO DE ANÁLISE

Nesta pesquisa, foram utilizados os pressupostos teóricos da análise de discurso de Foucault (1970, 2000), devido à relevância de sua visão ao objeto de estudo escolhido. Para o autor, a produção de discurso é proliferada e reiterada na sociedade através do seu controle, seleção, organização e redistribuição. O discurso, então, não é formado de palavras aleatórias, imateriais, sem sentido e sem controle. O discurso proliferado em uma dada sociedade em um determinado período de tempo é proveniente de todo um sistema de significação e ordenação de saberes, valores, crenças, hierarquizações. Por trás da história desordenada dos governos, são desenhadas histórias “quase imóveis ao olhar – histórias com um suave declive” (FOUCAULT, 2000, p. 3).

De acordo com Foucault, essa produção e organização do discurso e do poder que o envolve é realizada através de *procedimentos de exclusão* (1970), os quais ele divide em três formas distintas de se apresentarem:

a) *Interdição*: é o de mais fácil identificação, se relaciona ao tabu que envolve um certo assunto, fazendo assim certo assunto ou questão ser proibido no discurso, em determinada situação e espaço. Neste procedimento de exclusão: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1970, p. 10). Logo, o discurso proibido é aquele cuja disseminação se tem algum interesse em controlar;

b) *Separação/Rejeição*: mais complexa, é situada na anulação do discurso proliferado por certas pessoas, como a palavra do louco, que não pode circular com a dos outros. Somente quem pode falar da loucura dos loucos são médicos, psiquiatras – os locais de espaço do discurso são limitados, e não limitados aos próprios loucos, que não podem circular em meio social, mas a saberes especializados. Foucault (1970) chama atenção que “é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce” (p. 13), ou seja, é silenciando

alguns discursos e delimitando locais para a produção de certos saberes que certos discursos são separados, rejeitados.

c) *Vontade de Verdade*: Mais complexa ainda, e igualmente mais poderosa, a vontade de verdade se situa em nível institucional na sociedade, exercendo imenso poder de pressão de coerção por meio do reforçamento e recondução das práticas pedagógicas da sociedade através dos discursos que prolifera, assim como coordena como os discursos são aplicados em uma sociedade, como são valorizados, distribuídos, repartidos e que atribuição recebem. Na sociedade, “só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal.” (FOUCAULT, 1970, p. 20)

Apesar de separados em três itens, os procedimentos não são tão claramente delimitados assim, nem acontecem de maneira separada. Um está diretamente ligado ao outro e, muitas vezes, suas influências são inúmeras e concomitantes. Contudo, no presente estudo, devido às suas peculiaridades, foi dada maior relevância à vontade de verdade na análise dos discursos propagados e dos materiais explorados, pois, a própria ação de veto do kit, de acordo com estes pressupostos, é uma forma de aplicação da vontade de verdade.

De acordo com os pressupostos teóricos, deve se ater a análise ao discurso propriamente dito, pois “de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais que elas próprias” (FOUCAULT, 2000, p. 144). A análise enunciativa foucaultiana não trabalha com não-ditos, com interpretações escondidas; e sim como elas existem, porque se manifestaram, que marcas deixaram para uma possível futura reutilização: “o que é que é isso de terem sido elas a aparecer, e não outras em seu lugar” (FOUCAULT, 2000, p. 143). A relação entre o dito e o não-dito é dada por meio do dispositivo que controla determinados discursos.

Fischer (2001b), ao discutir a contribuição da teoria foucaultiana de análise de discurso nos estudos educacionais, explicita que quando se analisa um material – no caso do presente estudo, materiais de ordem discursiva produzidos pelo governo, pela mídia, e por atores específicos (que compreendem um contexto específico de prática social) – deve-se analisá-lo ao máximo em sua exposição, no que foi dito literalmente, suas palavras, sua linguagem, pois tais discursos são uma produção histórica e política, afinal, o discurso é uma prática social (FOUCAULT, 1970, 2000; FISCHER, 2001b). Analisando o discurso, podemos perceber

relações entre as palavras e as coisas, as bases dos fundamentos que reproduz, as estruturas nas quais se alicerçam as regras que atravessam o discurso – e, conseqüentemente, a verdade, em uma dada sociedade e em um determinado momento histórico e, por isso mesmo, político.

Identificadas as formas de relação que podem ser descritas em diferentes séries, através do sistema de relações formados, suas correlações e dominâncias, a proveniência dos seus efeitos, as suas temporalidades, suas diversas permanências, os conjuntos em que podem figurar, simultaneamente, está sendo feita uma análise da história geral, e não da história global que o autor critica na introdução de sua obra *A arqueologia do saber*, ao problematizar que deve ser determinada a forma de relação estabelecida entre as séries de acontecimentos: “em resumo, não somente que séries, mas que ‘séries de séries’ – ou, em outros termos, que ‘quadros’ – é possível constituir” (FOUCAULT, 2000, p. 12) entre elas. Assim, o autor chama atenção a ideia de que não se trata criar uma descrição global em torno de um determinado acontecimento ao redor de um único centro – uma única série –, mas sim desdobrar o acontecimento de forma a dispersá-lo, em diversas séries e hierarquias, dissipando assim a linearidade e cronologia da razão e dando enfoque à relação que produz (FOUCAULT, 2000).

As regras de formação de conceitos, para Foucault, estão dentro do próprio discurso e são impostas a todo e qualquer que se pronunciar dentro de um campo discursivo. Em sua definição, o discurso pode ser entendido como um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2000). Assim, o enunciado ocupa um papel central na produção de discursos, e deve ser entendido como um acontecimento que tem um tempo específico e que ocorreu em um dado momento histórico específico. Principalmente, o enunciado é sempre apoiado em uma base de sistema de formação discursiva – seja ela política, social, psicológica, psiquiátrica, etc.

A partir de tais pressupostos, pude enxergar o acontecimento de veto do kit de material educativo do Projeto Escola Sem Homofobia em sua materialidade discursiva, pautando a análise através das relações históricas em que aconteceram a sua produção, tentativa de implantação e o seu posterior veto, podendo enxergar o veto não somente como uma vontade de verdade, mas também como um enunciado de uma série de práticas discursivas. Com base na exploração de documentos e diretrizes educacionais, assim como da documentação produzida para a elaboração do material educativo do kit, e em discursos propagadas em veículos midiáticos, pode-se obter um recorte histórico e político do acontecimento.

Embasada no conceito de dispositivo pedagógica da mídia (FISCHER, 1997) e na compreensão teórica de que produtos audiovisuais podem abalar visões naturalizadas no cotidiano (FISCHER, 2000, 2001a, 2007; SIQUEIRA, 2004, 2005; LOURO, 2004, 2008), foram analisados também os modos de endereçamento – ou seja, a possível pedagogia – que continham três audiovisuais do material educativo do kit: *Probabilidade*, *Torpedo* e *Encontrando Bianca*.

Como discutido no capítulo 2, Elizabeth Ellsworth (2001), ao descrever o que são os modos de endereçamento, explica que por trás dos filmes existe uma pedagogia, uma posição de onde o filme fala, uma suposição de quem o espectador é, trazendo assim um direcionamento específico a quem assiste ao filme. Porém, ressalta que este espaço (entre o espectador e o filme) é volátil e, por isso mesmo, imprevisível. Ou seja, o espaço de volatilidade entre o filme e o espectador, aonde está imerso a sua intenção, por mais que seja bem trabalhado, pode não ser entendido; na verdade, a questão colocada é que, independentemente da intenção, haverá sempre uma característica de imprevisibilidade em saber como seu modo de endereçamento será recebido. Assim, o sucesso não tem fórmula correta: pode ser um diálogo que faz com que o filme seja um fracasso, ou apenas uma frase que faz com que seja amplamente aclamado. (ELLSWORTH, 2001).

A autora destaca que um dos problemas reside no erro da suposição que o filme faz de quem eu sou; afinal, um filme nunca conseguirá, realmente, falar por todos e ter uma posição que todos assumiriam e, conseqüentemente, seu modo de endereçamento sempre será incerto, uma incógnita (ELLSWORTH, 2001).

Neste sentido, a análise dos modos de endereçamento pode ser reveladora não somente da pedagogia que o material educativo compreendia, mas principalmente da percepção midiática deles, como materiais de mau gosto e que incitavam as pessoas a serem homossexuais²², na medida em que sua intenção era claramente outra. Cabe ressaltar que não está sendo questionado o porquê do insucesso dos vídeos mas, sim, o insucesso de seus modos de endereçamento, ou seja, dos seus espectadores pressupostos. Pois os vídeos, por conta de sua intenção pedagógica de desnaturalizar questões enraizadas sobre a identidade sexual e de gênero, partiam de uma posição de um espectador que, não exatamente aceitaria, mas, pelo menos, conseguiria usar as histórias passadas como subsídios para debates. Além disso, minha hipótese é que não foram os espectadores do ambiente escolar – a quem o material se destinava – que rejeitaram o vídeo, mas

²² Estas questões serão exemplificadas no capítulo posterior.

sim agentes do poder público, diante da reação de vozes conservadoras que conseguiram se fazer ouvir na mídia e no poder Legislativo.

No próximo capítulo, analiso um recorte sobre a aceitação de discursos acerca da diversidade sexual e de gênero nas escolas e na sociedade brasileira, tendo como base um acontecimento histórico e político: o veto de distribuição de um material educativo sobre a diversidade sexual.

CAPÍTULO 05: ANÁLISE DO MATERIAL AUDIOVISUAL DO KIT E DOS DISCURSOS PROPAGADOS NA MÍDIA E SOCIALMENTE

Parte 01: Análise do material audiovisual do kit anti homofobia do MEC

Inicialmente, darei uma descrição detalhada dos três vídeos escolhidos para a análise – Probabilidade, Torpedo e Encontrando Bianca – para maior entendimento do modo de endereçamento dos mesmos. Inclusive, na própria descrição alguns modos de endereçamento já são explicitados, na medida em que descrevo possíveis sensações passadas por meio da técnica utilizada nos audiovisuais. Após a descrição minuciosa, analisarei os possíveis modos de endereçamento de cada um dos materiais audiovisuais.

1. Probabilidade



Figura 1: Audiovisual Probabilidade. Fonte: ECOS – Comunicação em Sexualidade

Descrição do audiovisual:

Leonardo está se mudando para outra cidade. Ao encaixotar as suas coisas, fica triste ao pensar que vai deixar Carla, sua primeira e única paixão. Está inseguro pensando que nunca mais vai conseguir gostar de alguém, que pode não fazer amigos na nova escola. Após a mudança, em sua chegada à escola, é apresentado pelo diretor à sua nova sala de aula, e os alunos, que estavam em grupos fazendo um exercício, não lhe deram muita atenção; a não ser Mateus, que o convidou para participar de seu grupo e o apresentou a seus amigos. Eles iniciam uma boa amizade e têm muito em comum. Mateus apresenta a cidade a Leonardo enquanto este conta suas experiências na antiga escola. Leonardo parece muito feliz. Entretanto, um dia os dois estavam passeando na escola, e algo inusitado acontece: os outros colegas de classe estavam rindo dos dois, apontando

para eles e os chamando de ‘namoradinhos’. Foram ridicularizados pelos outros e Leonardo, mesmo confuso, quis reagir com violência física, tentando proteger o amigo, mas este o impede. Depois do acontecimento, Mateus revela a Leonardo que é homossexual. Ao contrário do que normalmente aconteceria, Leonardo fica intrigado e chocado apenas pelo amigo não ter relevado isso antes. “Não eram amigos?”, pensou. Já é percebido, então, um tom de aceitação da homossexualidade por conta da amizade que os dois têm. Leonardo ainda lembra das risadas e deboches dos outros colegas, e entende porque o amigo não disse nada: teve medo que Leonardo fizesse o mesmo. Acaba ficando feliz pelo amigo ter confiado nele, e se encontra cheio de dúvidas, mas tem vergonha de perguntar mais. Os dois continuaram tanto amigos quanto antes, dando ideia de que a amizade deve prevalecer independente da identidade sexual de alguém.

Na cena seguinte, Mateus convida Leonardo e os amigos para uma festa de despedida de seu primo, Rafael. Leonardo fica empolgado pois ainda não havia ido a nenhuma festa na nova cidade. Ao chegar lá, fica super tímido pois não conhecia ninguém além de Mateus; porém, este o apresenta a Rafael e explica que ele também ia se mudar – assim como havia acontecido com Leonardo – e que estava triste por isso. Leonardo então troca conselhos com Rafael e o deixa mais tranquilo, fazendo-o perceber que não seria tão ruim assim. Os dois conversaram a noite inteira, e Leonardo experimenta sentimentos ambíguos e complexos na despedida com Rafael; sentimentos que ele nunca havia sentido e que não conseguia explicar. Só sabia que estava muito triste por Rafael estar indo embora, em pensar que não o veria mais. Surpreendentemente, depois de um longo abraço, tem vontade de beijar Rafael. Sai da festa muito confuso, e não consegue dormir à noite. Pensava consigo: “Será que sou gay?”, mas, ao mesmo tempo, pensava que nunca havia gostado de nenhum menino antes. Mas sabia que gostava de Rafael. Nesta hora, se lembra ainda de Carla, sua namorada da outra cidade, e lembra que havia gostado dela também. Neste momento, o personagem experimenta sentimentos contraditórios por se perceber atraído pelos dois sexos, e fica perdido e cheio de dúvidas.

No dia seguinte, em sala de aula, Leonardo não consegue se concentrar nos estudos. Fica pensando se Mateus poderia ajudá-lo a entender tudo isso. De repente, percebe outra colega, Bia, olhando para ele; eles já estavam paquerando há um tempo, e pensou que, se tivesse oportunidade, com certeza ficaria com ela. Logo depois, olha pro quadro e começa a copiar a lição de probabilidade. Neste instante, tem um *insight*: por que deveria estar só com meninos ou

só com meninas se ele se interessava pelos dois?! Ainda mais ele, um menino que não se atraía por qualquer pessoa, que não ficava com quase ninguém?! Após refletir, conclui que, se ele gostava de alguém, não importava se era menino ou menina. Assim, sua probabilidade de achar alguém que gostasse era duas vezes maior! Ele sabia que não seria aceito e que teria que lidar com o preconceito, assim como Mateus. Mas sabia que deveria lutar por isso para conseguir ficar do lado de quem ele realmente gostasse. Ainda esperava ter a chance de conhecer muitas pessoas especiais, e parecia estar muito feliz com isso. A sensação nesse momento final do vídeo, com o *insight* de Leonardo, é que ser bissexual e se sentir atraído pelos dois sexos pode ser algo positivo se considerado sob a ótica da probabilidade de encontrarmos alguém de quem podemos gostar. Assim, o vídeo, de forma leve, desmistifica a idéia de que a bissexualidade é algo problemático, assim como problematiza a discriminação em relação à homossexualidade.

Modo de endereçamento:

Probabilidade é um vídeo de aproximadamente 07 minutos feito com imagens em forma de desenhos, com um tom alegre, simples e positivo. O vídeo, simples e direto, trabalha a problemática da bissexualidade e da dificuldade de entendimento da mesma pelos adolescentes, assim como a discriminação em relação aos homossexuais no ambiente escolar. A complexidade da percepção da bissexualidade é tratada de forma simples, passando a imagem de que sentir atração pelos dois sexos não é um problema, mas sim, algo que pode ser visto de forma positiva, pois se aumentam as chances de encontrar alguém de quem possivelmente pode-se gostar. A homofobia na escola também é colocada em questão, uma vez que Mateus é ridicularizado na escola pelos outros colegas quando tem um amigo, demonstrando que o contexto escolar pode ser altamente preconceituoso quando a identidade sexual de alguém. Entretanto, o vídeo desmistifica a questão da homofobia na medida em que mostra Leonardo não se afastando de Mateus – como geralmente acontece, mas sim defendendo o amigo. Neste momento, o vídeo parece estar sendo direcionado a um prevalecimento de amizade em detrimento de julgamento pela identidade sexual do outro, ou até mesmo por vergonha de estar andando com alguém que é ridicularizado no colégio. Probabilidade rompe com expectativas normativas em relação às atitudes que poderiam acontecer quando se é colocado nestas situações: usualmente, ao descobrir que um amigo é gay, a tendência geral é se afastar, com medo de discriminação, com medo de ser ridicularizado no pátio da escola por estar andando com o outro, com o diferente. Ao demonstrar

outra forma de perceber a homofobia e a bissexualidade, o vídeo poderia dar margem a novos entendimentos e identificações dos alunos que os assistissem, assim como o próprio debate em sala seria bastante frutífero no sentido de desmistificar estas posições – principalmente as discriminatórias – diante daqueles que têm uma forma de viver a sexualidade diferente da heteronorma.

Cabe ainda ressaltar que, quando Leonardo está pensando sobre as suas diversas probabilidades – ao aceitar de forma mais tranqüila e positiva o fato de se perceber como bissexual – são apresentadas imagens de rostos de várias pessoas, meninos e meninas, que fogem aos padrões da beleza branca loira e de olhos azuis. São apresentados negros, jovens com cabelos cacheados, de alargadores, moicanos, enfim, que se apresentam e vestem de forma diferentemente do considerado usual em nossa sociedade, passando uma mensagem de diversidade com relação à padrões estéticos. Além disso, seu colega Mateus, um dos personagens centrais na narrativa, é negro, o que também denuncia os padrões raciais usualmente apresentados em audiovisuais.

Nesse sentido, o vídeo poderia abrir discussões em sala de aula relacionadas não somente à bissexualidade, mas também à homofobia, à crueldade e violência verbal que muitos jovens sofrem, assim como da estética majoritária da sociedade, trazendo questionamentos acerca do que é considerado “certo” e “errado” em relação à sexualidade de alguém, assim como ao “belo” e “feio”.

2. Torpedo



Figura 2: Audiovisual Torpedo. Fonte: ECOS – Comunicação em Sexualidade

Descrição do audiovisual:

O vídeo se inicia com uma menina no banheiro enviando um torpedão por celular para alguém escrito: “me ligue urgente”. Ela parece aflita. A receptora da mensagem está em uma quadra jogando basquete quando a recebe. Também parece aflita. Ao se falarem, é descoberto que quem enviou a mensagem é Aninha, e que está aflita porque viu que tiraram umas fotos dela e de sua amiga jogadora de basquete – Van – em uma festa e as colocaram na Internet e no corredor da escola. Aninha diz que foi correndo pro banheiro quando viu, que todos estão vendo e que está morrendo de vergonha. As fotos são passadas nas imagens: elas estão de mãos dadas, abraçadas, olhando uma pra outra de forma carinhosa. São passadas ainda imagens de outros colegas olhando-as na internet no computador da escola, rindo, chamando outros colegas pra ver e comentando. O tom das imagens é apresentado de forma maldosa. Aninha indaga à Van: “mas quem fez isso?” e Van responde: “não importa. A gente estava tão feliz aquele dia, foi tão legal...” Neste momento são apresentadas diversas fotos das duas, rindo, parecendo bem felizes, extrovertidas. Elas só sabem que gostam uma da outra, mas não sabem ao certo o que fazer. Aninha ainda está trancada no banheiro da escola conversando pelo celular com Van. Logo após, Van lança o desafio: “Vamos enfrentar essa barra juntas?” e Aninha, com um sorriso, diz: “Vamos!”. O sinal toca, elas desligam o telefone e andam dentro da escola. Os olhares são todos a elas, olhares que parecem ser de julgamento, de zombaria. O espectador escuta a respiração e o coração delas batendo forte, dando a sensação de que estão aflitas. Todos continuam olhando e comentando e, a medida em vão andando, suas respirações ficam mais ofegantes e corações batendo mais rápido. De repente, elas se veem de longe, e a aflição cessa. Se olham, sorriem uma para outra, se abraçam. Todos ficam olhando e são ouvidos barulhos de ‘cliques’ de câmeras fotográficas, dando a sensação de flashes e olhares constantes. Na medida em que o abraço é dado, a impressão é de que os olhares diminuem. Ao final, Van pede Aninha em namoro, que responde com um sorriso: “acho que a gente já tá namorando”.

Modo de endereçamento:

O vídeo, de aproximadamente 4 minutos, trata da discriminação em torno da homofobia e das dificuldades que adolescentes enfrentam no ambiente escolar ao assumirem sua homoafetividade. Na história de Aninha e Van, é mostrado como adolescentes podem ser cruéis e

praticarem discriminação homofóbica de forma severa no meio escolar. Neste contexto, fotos das duas em uma festa que aparentemente não relevam nada de mais – não há nem sequer beijo, muito menos conteúdo explícito – porém que mostram uma possível relação amorosa entre as duas coleg@s. Rapidamente, as fotos são divulgadas via internet, e todos da escola ficam sabendo. No vídeo, chama atenção os olhares dos colegas, todos rindo, com tom de deboche, com tom de indagação, de não compreenderem porque aquilo acontece. Evidencia-se exatamente a crueldade desse tipo de atitude e, principalmente, a crueldade dos olhares e dos comentários – que são demonstrados pelo vídeo principalmente pela aceleração da respiração e batimentos cardíacos das duas menin@s ao passarem pelos corredores das escolas e enfrentarem os olhares de julgamento. O espectador tende a se sensibilizar e questionar aquele tipo de ação: é engraçado e divertido fazer isso com os outros ou perverso? Detalhe ao olhar de uma funcionária da limpeza da escola que parece particularmente julgador, como se as alun@s estivessem completamente erradas, ou tivessem cometido um crime. Neste momento, de forma sutil é mostrado ainda como a escola e seus funcionários não dão suporte nem proteção às vítimas de homofobia, muito pelo contrário, que o próprio ambiente escolar percebe a homoafetividade de uma forma preconceituosa e que propaga valores e práticas heteronormativas que, em sua essência, já proliferam o preconceito.

Ao final, temos uma virada com a decisão de Aninha e Van de enfrentarem os colegas: o seu abraço – que era para ser um beijo mas foi vetado pelo SECAD²³ – e afirmação do namoro é uma demonstração de força e de enfrentamento de pessoas homossexuais perante à discriminação e preconceito da sociedade. O espectador é levado a admirar a coragem das duas meninas e, na medida em que o abraço vai sendo dado, os olhares d@s alun@s diminuem e, os que continuam, passam a ter um tom diferente, ainda de dúvida e complexidade, porém mais ameno, quase que compreensivo.

²³ De acordo com o site G1, a socióloga Sylvia Cavasin, fundadora da ECOS e uma das responsáveis por desenvolver os materiais do kit anti homofobia do MEC, afirmou que a Secad solicitou ao MEC que fosse retirado o beijo. A socióloga ainda afirma que tudo foi feito com bastante cuidado e foi amplamente discutido. Para mais informações: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/mec-cortou-beijo-em-filme-do-kit-anti-homofobia-diz-coordenadora.html>

O lesbiabismo, em específico, tratado no vídeo, é endereçado não somente a alunos, mas chama atenção à professores e funcionários do ambiente escolar e à necessidade de se trabalharem esses assuntos na escola. Seu endereçamento também tenta pegar o público que tem práticas homofóbicas no sentido de fazê-los olhar para o que fazem e questionar o porquê de suas práticas.

3. Encontrando Bianca



Figura 3: Audiovisual Encontrando Bianca. Fonte: ECOS – Comunicação em Sexualidade

Descrição do audiovisual:

O vídeo é iniciado com uma imagem de uma foto de uma carteira de identidade, com a foto sendo alterada, dando impressão de transformação. A narração é feita por uma voz feminina, e começamos a ouvir a história de José Ricardo, nome dado pelos pais a ela²⁴ por ser o nome de um grande jogador de futebol. Diz que até gostava de jogar, mas afirma que “era complicado”, pois se errava algum lance, sempre era alvo de piadas. Afirma que ainda adora futebol mas que agora prefere ficar na torcida. Neste momento, entendemos que um dos quatro personagens que estão na arquibancada – uma menina – é a narradora da história: já é percebida a idéia de que se trata da história de uma transsexual ou de uma travesti – ainda não sabemos ao certo. Na cena

²⁴ Foi escolhido utilizar o gênero feminino na descrição por conta do entendimento que o personagem José Ricardo se reconhecia em uma identidade de gênero feminina, Bianca. No material da ECOS, é dito que José Ricardo se identifica como Bianca, descobrindo a sua identidade de travesti. Link para mais informações do posicionamento da ECOS sobre o kit de material educativo: http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh_kitaudiovisuais.asp

seguinte, é mostrada uma imagem preto e branco com o destaque para as unhas vermelhas, e a narradora afirma que um dia foi à escola com as unhas pintadas de vermelho, mas que @s coleg@s riram tanto dela que ela nem foi à escola no dia seguinte, dizendo à mãe que estava gripada. Reflete que por mais que tentasse, não conseguia usar roupas de meninos, não se identificava com nada daquilo; e que hoje se sente mais feliz sendo chamada pelo nome de sua atriz preferida, Bianca. Neste instante é percebido que se trata de um menino que se entende com uma identidade de gênero feminina. Bianca conta que não foi fácil ser aceita e que já sofreu muito preconceito – na imagem, ela está com mais três amig@s, o que traz um entendimento de aceitação dela na escola, pelo menos por um grupo. Narra ainda que os seus pais ficaram mais de um ano sem falar com ela, mas que acabaram entendendo que ela se sentia mulher, e que não seria por isso que deixaria de ser filha deles.

Na cena seguinte, Bianca está na frente do banheiro da escola: diz que não a deixam usar o banheiro feminino, e que não entende porque não pode, afinal, ela se sente uma mulher. Neste momento, há uma cena muito interessante e reflexiva com a fala de Bianca: “Aliás, esse lance de banheiro já deveria estar superado!”, trazendo questionamentos acerca das limitações impostas nos espaços ocupados pelos gêneros. Na sala de aula, Bianca continua refletindo acerca das limitações impostas por questões burocráticas da escola, como o seu nome social: explica que, por mais que peça, alguns professores continuam chamando-a de José Ricardo; porém, na mesma cena, fica contente ao contar que alguns professores já entenderam quem ela é, chamando-a de Bianca. Reflete ainda que é diferente mas que todos também são diferentes e, nas imagens, cada alun@ fica de uma cor, demonstrando isso. Diz que adora estudar e que é uma ótima aluna, mas que muitas vezes ir para a escola é muito difícil. Tem medo de ser agredida – neste momento um aluno joga uma bola de papel em Bianca – e que uma vez quase apanhou, escutando que “gente como ela não deveria estar ali”. Sente que às vezes não vai conseguir acabar a escola e que quer se formar e ser professora, um dia. Ela diz que há muitos que a apóiam na escola – está rodeada de vários amig@s – inclusive professore(a)s - que lhe dão força para continuar estudando e vivendo a sua vida da forma que deseja, lutando para ser respeitada e respeitar os outros pelo que é: Bianca! (Há uma ênfase no nome dado, remetendo à reiteração do seu gênero como feminino).

Modo de endereçamento:

O vídeo trata de forma séria e, ao mesmo tempo, descontraída, e sem um tom comiserativo a história de Bianca, uma travesti (ou transexual) que luta para ser respeitada por quem é. Na narrativa, são percebidos alguns padrões de gênero fortes, como os pais colocando na criança o nome de um jogador de futebol e o sonho de que o filho fosse um dia tão famoso quanto o nome que carrega. Já de início, percebemos os conflitos trazidos pela expectativa dos pais quanto à sexualidade dos filhos, um assunto que deve ser tratado como os adolescentes para que eles problematizem até que ponto estão conseguindo ser o que realmente sentem que são ou até que ponto estão reprimindo sentimentos por conta de sua família. No decorrer da história, percebemos que Bianca – como se autodenomina – lutou muito para ser aceita, inclusive contra os próprios pais que, ao saberem de sua identidade de gênero, a abandonaram por um ano. Entretanto, o tom em relação à família é otimista quando afirma que os pais voltaram a falar com ela e a aceitam do jeito que é, percebendo que ela não deixará de ser filha deles por conta disso. Nesse sentido, a problemática da aceitação da família com relação ao gênero é problematizada como algo que não deve acontecer, pois um filho é um filho, independentemente de suas opções sexuais e de gênero.

Essa temática polêmica e complexa de aceitação da família da identidade de gênero dos filh@s, ao ser tratada no ambiente escolar, poderia não somente fazer outr@s alun@s perceberem que seus pais poderiam aceitá-los como são, mas também traria a discussão aos professores que, muitas vezes, ficam com receio de aceitar 1 alun@ ou até mesmo de abrir esse tipo de discussão com medo do que ‘a família vai pensar’. Além disso, o próprio fato de Bianca ter o apoio de professore(a)s e coleg@s na escola dá um tom respeitoso e esclarecido aos mesmos, desmistificando a ideia de que professor sempre será preconceituoso, ao mesmo tempo em que chama atenção às suas práticas profissionais: o professor não deve misturar suas crenças pessoais com a sua prática em sala de aula.

A reflexão acerca do nome social é riquíssima, pois vemos em Bianca alguém que não tem vergonha de se assumir como é, muito pelo contrário: quer desesperadamente poder usufruir do que as outras garotas usufruem, como serem chamadas pela forma feminina e utilizar o banheiro feminino. Também é chamada atenção novamente à prática do professor em sala de aula, de aceitar o aluno como ele mesmo o enxerga, e não em cima de estereótipos heteronormativos. As indagações trazem reflexões acerca da simplicidade que é chamar alguém

pelo nome que deseja e que quem transforma isto em um problema são os outros que estão de fora. Aliás, o tom do vídeo é esse: Bianca não tem problemas com quem ela é, quem vê problema nisso são os outros. Ela deve lutar para ser reconhecida pelo que é e contra a discriminação que, como bem mostra o vídeo, é severa e muitas vezes violenta. Travestis e transexuais lutam para conseguir terminar a escola pois, muitas vezes, sofrem um preconceito ainda maior que os homossexuais por terem em seu corpo a marca da transgressão. Se assumir é um desafio, mas Bianca demonstra em tom corajoso e simples que a partir do momento que as atitudes são de respeito ao que cada um é, diminuirá o preconceito, a discriminação e a violência, assim como daremos a chance às pessoas que vivem identidades de gênero e sexualidades divergentes terem direito e acesso à educação geral, sem exclusão. Afinal, como o vídeo mesmo mostra, transgressores das normas e padrões de gênero passam inclusive pela penalidade de tentarem estudarem, visto a violência constante e diária que sofrem, não somente de coleg@s como também de professore(a)s.

Parte 02: Análise dos discursos propagados na mídia e socialmente em torno do material educativo do kit

Situando: o contexto educacional brasileiro

A elaboração da Constituição Federal, em 1988, que determina a democracia brasileira e o pluralismo político, sem dúvida é um marco histórico e político na história brasileira. A partir desta produção legislativa, o Brasil estava se auto-intitulando como um “Estado democrático de direito”, depois de quase duas décadas envolto a um período ditatorial. O discurso agora é outro: o Brasil é um Estado de direitos, onde o povo também tem poder.

Em seu artigo 3º, que explicita os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, diz que esta deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988), assumindo o discurso da não proliferação da discriminação, seja ela em qualquer modalidade.

Destarte, é supostamente dever do Estado promover a cidadania e o bem de todos, sem discriminação. Todas as ações, por conseguinte, relativas à República Federativa do Brasil, devem estar sobre essa ótica, esse discurso, essas regras. A Constituição Brasileira é um discurso

central na questão de direitos humanos, pois é ela que define os parâmetros para as práticas sociais adotadas em torno do assunto. Nela, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988).

É dentro deste contexto discursivo, ou melhor, de certa interpretação do texto constitucional pela perspectiva das políticas de identidade, que é produzido o *Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBTT e promoção da cidadania homossexual*, em 2004, 15 anos após a criação da nova Constituição Brasileira, no Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Antes de ser compreendida a história política do Programa, é necessário entender o contexto do discurso que o originou. No ano de 2000, foi lançada a nova versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio, o documento que determina as bases legais, códigos e linguagens a serem utilizados na educação dos ensinos fundamental e médio no país.

No PCN de ensino fundamental, há uma seção inteira dedicada à orientação sexual, que “busca considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano” (BRASIL, 2000, p. 73). Em sua introdução, atenta que a postura dos educadores e da escola devem ser diferentes de como são tratadas no ambiente familiar, assim como que a questão de articulação da orientação sexual no espaço escolar é uma questão de promoção de saúde de crianças e adolescentes. Ao discutir como deve ser feito o trabalho de orientação sexual na escola, afirma que deve se problematizar, levantar questionamentos e ampliar a gama de conhecimentos e de opções sobre o assunto para que o próprio aluno possa fazer a sua escolha sexual. É entendido um tom de *escolha* na orientação sexual, que é válido, mas é importante ressaltar que nem sempre essa decisão é tão consciente assim. Muitas vezes, não se pode falar se quer em decisão propriamente dita.

Já no PCN de ensino médio, em suas bases legais, afirma que as práticas administrativas e pedagógicas do ambiente escolar devem ser organizadas em cima de três pilares: sensibilidade, igualdade e identidade. A estética da sensibilidade “estimula a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a afetividade, para facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente” (BRASIL, 2000, p. 62). Essa estética da sensibilidade, através da leveza, delicadeza e sutileza, deve reconhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira e as formas de percepção e expressão dos gêneros, das

etnias e grupos sociais do país. Deve ser entendida não somente como um princípio, mas uma atitude (BRASIL, 2000).

A política da igualdade reconhece os direitos humanos e busca a equidade no acesso à educação e no “combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física” (BRASIL, 2000, p. 64). Por fim, a ética da identidade visa superar dicotomias entre o mundo da matéria e o mundo moral, entre o privado e o público, com a finalidade de construir identidades sensíveis, solidárias e pautadas na igualdade do outro. Estes três pilares devem ser trabalhados de maneira transversal. Teoricamente, esses pilares são até sensibilizadores e esperançosos, porém, soam como uma bela retórica vazia, sem prática e segmento, pois é algo que está inscrito na lei mas não é praticado no cotidiano escolar, se quer conhecido por muitos de seus atores.

Outro documento importante para se compreender o contexto do programa Brasil Sem Homofobia é o Plano Nacional de Educação²⁵. Mais atual que o programa – é de 2010 –, tem pautado em suas metas a inclusão nas diretrizes curriculares de cursos de formação de docentes em questões de gênero, educação sexual, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais, a serem trabalhados de maneira transversal (BRASIL, 2010).

Finalmente, há um terceiro documento legislativo, produzido em 1996, Lei nº 9.394, que determina as diretrizes e bases da educação nacional. Em sua descrição, não há nenhuma menção à sexualidade e ao gênero de forma explícita e direta, porém estabelece que o ensino deve prover igualdade de condições e acesso à escola; que a escola deve ser tolerante; e que deve ser vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

Expostos estes, o Programa Brasil Sem Homofobia foi uma iniciativa para suprir parâmetros e bases legais educacionais. O seu objetivo foi de: “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO, 2004, p. 11). Assim, o programa era uma política pública no sentido de ajudar a desmistificar, no meio escolar, as questões relacionadas à homofobia, com intenção de diminuir a discriminação e o preconceito através de práticas educativas.

²⁵ O antigo PNE não foi encontrado em meios virtuais.

Como resultado do programa, foi feito o Projeto Escola Sem Homofobia, a partir de uma pesquisa qualitativa – como explicado no capítulo 3 – para atender a urgente necessidade de abertura de debates acerca dos temas da identidade sexual e de gênero no âmbito escolar. Porém, em 25 de maio de 2011, após a aprovação do material confeccionado, a distribuição do kit nas escolas brasileiras foi vetada pela atual presidente da República, Dilma Rousseff.

O ‘kit anti homofobia’ na mídia: informações desencontradas?

Antes mesmo de sua apresentação oficial, o kit já causava polêmica e discordância de opiniões. Em um programa da TV Câmara, de desconhecida titulação e data de exibição²⁶, participaram o deputado federal do Rio de Janeiro Jair Bolsonaro, e Michel Platini, presidente da ONG grupo Estruturação²⁷, do Distrito Federal. Em sua fala, o deputado afirma que o que não está sendo dito é que “a grande verdade, o que eles estão discutindo aqui e sabem disso, não querem falar, não querem tocar no assunto, é que este ano o governo federal irá distribuir um ‘kit gay’ para a garotada do primeiro grau, a pretexto de combater a homofobia e que, na verdade, está estimulando o homossexualismo, com filmetes para a garotada do primeiro grau, de 6, 7 e 8, 9 e 10 anos. É isso o que eu descobri sem querer e tamo tomando providência para impedir a distribuição deste kit gay nas escolas”. Depois da fala de Michel, que afirma que nem irá comentar porque não existe nenhum *kit gay*, Bolsonaro toma a voz novamente e afirma que sim, existe um ‘kit gay’, pois ele ficou sabendo de um vídeo chamado “Encontrando Bianca”, que conta a história de um rapaz que, ao ir fazer ‘pipi’ no banheiro se apaixona por outro rapaz, que pinta as unhas de vermelho, que quer ser chamado de Bianca e não de Ricardo. Ainda afirma que Chico Alencar do PT destinou 11 milhões²⁸ de reais para o orçamento do kit.

²⁶ O vídeo foi assistido no *youtube*, e teve *upload* no dia 11 de fevereiro de 2011. No vídeo, Bolsonaro afirma que o ‘kit gay’ havia sido apresentado “nos dias 27, 28 e 29 de novembro do ano passado”. Apesar de extensa pesquisa, o documento oficial encontrado nas notas taquigráficas na Câmara dos Deputados foi de 23 de novembro de 2010. Portanto, calcula-se que o vídeo seja de 2011 e antes de maio, que foi quando ocorreu o veto.

²⁷ O site da ONG está temporariamente fora do ar. Em pesquisa no Google, no site da Parou Tudo, verifiquei que o presidente é Welton Trindade, jornalista e professor de comunicação e que, recentemente, a ONG lançou um aplicativo para *smatphones* que contem informações de direitos humanos LGBTT: legislação, notícias, dicas sobre direitos, agenda de atividades, entre outros. Para mais informações: <http://paroutudo.com/c/orgulho/estruturacao/>

²⁸ Em pesquisa, verifiquei que o orçamento foi de 1,8 milhões: <http://direitoparatodos.com/mec-nova-versao-kit-anti-homofobia-ainda-este-ano/>

Já de início, as informações encontradas tornam o material parecem equivocadas. Porém a polêmica já havia sido iniciada antes, com o mesmo ator. O deputado Jair Bolsonaro, em 25 de novembro de 2010, no programa da RedeTV! intitulado “Manhã Maior”²⁹ com a participação de Beto de Jesus – integrante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), discute sobre a lei que tentou implementar na Câmara dos Deputados, chamada de “Lei da Palmada”. Novamente fala do kit, e diz que em uma cena lésbica é discutido até onde vai a língua de uma menina dentro da boca da outra³⁰. Beto de Jesus, em prontidão, afirma que isto é mentira, pois o beijo foi retirado do vídeo e esclarece: “orientação sexual é um direito!”. O deputado ainda afirma que a criança deve apanhar sim pois deve ter “o que temer”, e que só assim os pais serão respeitados. As duas apresentadoras do “Manhã Maior” se mostraram nervosas e questionaram várias afirmações do deputado.

Poucos dias antes, em uma reportagem da página eletrônica da Terra Magazine, sai uma reportagem com o título “MEC prepara kit anti homofobia e provoca reação”³¹, por Ana Cláudia Barros. A reportagem esclarece que o ‘kit contra a homofobia’, como designa, nasceu de uma “constatação de que as escolas brasileiras são, em geral, ambientes hostis para adolescentes homossexuais” (TERRA MAGAZINE, 2010). Também sinaliza, logo de início, que, através da internet, os que repudiam o kit o intitularam de ‘kit gay’. A autora da reportagem afirma que o pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro se espalhou pela internet através do discurso de que o material ‘incentivava a homossexualidade’ – o mesmo apresentado do programa da RedeTV!.

Em entrevista, Rosilea Willie, coordenadora geral de direitos humanos do MEC e uma das responsáveis pelo material educativo do kit, afirma que, em sua opinião, a forma negativa como o kit está sendo recebido é resultado do desconhecimento do material e dos rumores errôneos propagados na internet: “Foi colocado que vamos passar informação sobre diversidade sexual e identidade de gênero para crianças de sete anos. Isso nunca foi a decisão do Ministério. O projeto está sendo pensado para o Ensino Médio. Não é um projeto que vai cair de paraquedas nas escolas. Vai ser vinculado à formação dos professores. Há todo um anteparo, uma sustentação pedagógica.” Esclarece mais: “Os vídeos são extremamente didáticos. Explicam a questão do travesti, do bissexual, da lésbica. São muito bacanas porque vão ajudar o adolescente a entender a

²⁹ Link do trecho do programa “Manhã Maior”: <http://www.youtube.com/watch?v=eR6fBIctOH4>

³⁰ O deputado se refere ao audiovisual Torpedo.

³¹ Link: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4851100-EI6594,00-MEC+prepara+kit+antihomofobia+e+provoca+reacao.html>

situação. Muitas vezes, o preconceito vem da desinformação. Estamos super tranquilos com esse trabalho. Ele não vai ser censurado por pessoas homofóbicas”.

Inicialmente, são apresentados discursos opostos: de um lado, há um discurso de oposição ao kit, que produz informações que não condizem com o material legislativo analisado; de outro, há discursos favoráveis ao kit, condizentes com o material legislativo analisado. A vontade de verdade, então, ainda parece estar apoiada do lado da posição favorável do kit, uma vez que este foi produzido por instâncias e instituições governamentais, com aprovação de diversos segmentos do Estado, com pareceres favoráveis de especialistas e com financiamento público.

Os três vídeos comentados, e que foram objeto de análise no presente estudo, caíram na internet rapidamente, e, junto com eles, muitas informações e discursos. Já em meados de 2011 o ‘kit anti homofobia’ ou ‘kit gay’, como propagado socialmente, já era muito comentado. Neste jogo de nomenclaturas, percebe-se uma disputa em torno da “verdade” do kit através da forma como é enunciada e apresentada à sociedade. A nomenclatura erroneamente difundida em torno do kit como ‘kit gay’ dá uma conotação totalmente diferente à que intencionalmente tem. Ao ser analisado, o termo ‘kit gay’ faz referência a um material homossexual, em primeira instância, afinal, gay se refere à práticas e/ou valores homoafetivos. Logo, ter um kit educacional com esta nomenclatura remete à ideia de algo que ‘ensinaria a homossexualidade’, como foi proliferado. Com uma produção de discurso em torno de um nome, pode ser questionada a visão de um determinado assunto, afinal, um discurso também é uma prática social. Essa força coerciva é tão forte que até muitos simpatizantes e militantes da causa passaram a se referir ao material com o nome ‘kit gay’.

Um dos atores que protagonizou a propagação desta nomenclatura foi o deputado Jair Bolsonaro, mencionado no início desta análise por sua participação em um programa televisivo de alcance nacional. Na sua página eletrônica³², do lado esquerdo, encontramos uma chamada para o ‘KIT-GAY’, com 4 links. O primeiro, chamado ‘KIT-GAY 1’³³, contém os três vídeos analisados no presente estudo – Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade –, a cartilha³⁴ do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, um link de um documento do Word que contém as notas taquigráficas do Seminário Projeto Escola Sem

³² Site do deputado : <http://www.bolsonaro.com.br/jair/>

³³ Link: <http://www.bolsonaro.com.br/kitgay/>

³⁴ Link: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/planolgbt-2011.pdf>

Homofobia e um link que leva a Portaria nº 1.707³⁵. Os outros 3 links são de vídeos: um com o nome “Ministro a Justiça apoia o kit gay³⁶”; outro com “Kit-gay II - homossexualidade nas escolas públicas³⁷”; e um terceiro chamado “Kit gay II – farra com o dinheiro público³⁸”.

Além disso, em sua página principal, há um link que leva a um “informativo”³⁹ do ‘kit-gay’. É um arquivo em PDF de 4 páginas com a titulação de “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT”, curiosamente o mesmo nome do plano elaborado pela Presidência da República; porém, já na primeira página é visto um aviso: “Querem, na escola, transformar o seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!”. Nas páginas seguintes, avisa que vai descrever apenas alguns dos 180 itens do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, chamando-o de ‘**Plano Nacional da Vergonha**’ e afirmando que nele “meninos e meninas, alunos no 1º grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que **ser gay ou lésbica** é motivo de orgulho para a família brasileira” (grifos do autor).

Ele então descreve um monte de ementas que de fato estão no Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, porém com frases a contraponto, como: “Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC em parceria com grupos LGBTs, na verdade, incentivam o homossexualismo nas escolas públicas do 1º Grau, bem como, tornam nossos filhos presas fáceis para pedófilos”.

O deputado, o tempo todo, reitera em suas afirmações que o material será para primeiro grau, mesmo o material original ter sido elaborado para o ensino médio. Porém, sua fala é tão repetitiva, tão reiteradora e tem uma visibilidade e voz tão maior que a comunidade LGBT e seus simpatizantes que muitos acabam acreditando veementemente; é tudo o que eles escutam, o que está presente, o que está visível. Em seu discurso, o MEC e grupos LGBTs incentivam a homossexualidade, usando do discurso de combater a homofobia para tal, além de ter a intenção de tornar os ‘nossos filhos presas fáceis para pedófilos’. Ora, este discurso é violento e perigoso, além de propositalmente polêmico. Essa junção de assuntos em uma mesma sentença certamente traz dúvidas, e, quanto mais é proferido, mais é escutado, assimilado, mais tem poder, mais

³⁵ Link: http://www.bolsonaro.com.br/kitgay/_bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_-TRANSSEXUALIZACAO.pdf

³⁶ Link: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/videos/disc-ministro-justica-apoia-kit.htm>

³⁷ Link: <http://www.youtube.com/v/BzlSoOs7vyU&autoplay=1>

³⁸ Link: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/videos/disc-07-07-2011-kitgay2-farra.htm>

³⁹ Link: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/Informativo-KitGay.pdf>. Há uma versão em anexo.

produz saber, mais produz verdades. Quanto mais é discursado sobre isso desta maneira mais é veiculado em mídias, mais visibilidade essa ideia tem e, conseqüentemente, crédito e poder. Só existe o que está presente no discurso e, verdade seja dita, enunciados como esses são muito mais recorrentes e visíveis nas comunicações em massa do que pesquisas científicas que tentem desmascarar essa relação inexistente entre a orientação sexual de alguém e uma perversão sexual.

Em maio de 2011, o kit já é matéria de pauta na grande mídia, e o então ministro da educação, Fernando Haddad passa a ser severamente questionado, assim como a presidente da República passar a ser pressionada por bancadas religiosas. Para pressionar a presidenta, é colocada em pauta a possível investigação sobre o enriquecimento ilícito de seu ministro, Antonio Palocci. A Frente Parlamentar Evangélica convocou uma reunião com o Secretário-Geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, dia 24 de maio de 2011, no Congresso Nacional. Dia 25, o kit é vetado.

O “jogo político”

A reunião de 24 de maio de 2011, convocada pela Frente Parlamentar Evangélica e com apoio e participação da Frente Parlamentar Católica, com participação do Secretário-Geral da Presidência da República, o ministro Gilberto Carvalho, foi para “discutir o kit de vídeos e cartilhas anti-homofobia que o Ministério da Educação pretende distribuir nas escolas”⁴⁰, de acordo com a página eletrônica da Câmara dos Deputados. Ainda de acordo com o site da Câmara, o vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Anthony Garotinho, propôs que os parlamentares cristãos garantissem a convocação do ministro-chefe da casa civil, Antonio Palocci, a uma comissão com a finalidade de pressionar Fernando Haddad a suspender a distribuição do material. Além disso, o vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica afirmou também que nenhum dos membros de sua banca participaria de alguma votação da casa caso o material educativo fosse distribuído nas escolas.

Ao serem analisadas as notícias do jornal da Câmara dos Deputados do mesmo dia, é verificado que na página 4 há uma notícia sobre o assunto, com a chamada “Oposição tenta

⁴⁰ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/agencia/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/197521-DEPUTADO-QUER-CONVOCAR-PALOCCHI-PARA-PRESSIONAR-GOVERNO-CONTRA-KIT-ANTI-HOMOFOBIA.html>

convocar Antonio Palocci em diversas comissões e quer criar CPMI⁴¹”. Na reportagem, é descrito que já existem pelo menos 6 requerimentos de convocação de Antonio Palocci sobre a evolução de seu patrimônio no decorrer dos anos. Detalhe ao enunciado da reportagem iniciada com o termo “oposição”, uma vez que estão sendo tratados partidos diferentes que o atual gestor do Brasil, o PT – Partido dos Trabalhadores.

No dia seguinte, junto com a notícia do veto, vem também reportagens na mídia sobre a reunião. Na página eletrônica do Terra, sai uma reportagem com o enunciado: “Evangélicos ameaçaram ir contra Palocci para coibir 'kit gay'⁴²”, por Dayanne Sousa. Nesta reportagem, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, João Campos, afirma que “decidimos impor uma série de condições. Se o governo insistisse em manter o kit, bloquearíamos a votação na Câmara e apoiariamos a convocação do ministro Palocci para dar explicações”. Ainda de acordo com a reportagem, ele complementa: “É claro que o governo se sentiu ameaçado porque está num momento delicado com Palocci, mas é esse o jogo político. Não quiseram nos ouvir antes, agora ouviram”. A afirmação do presidente da FPE é clara, sem nenhum constrangimento: se trata de um *jogo político*. A bancada evangélica, ao ver os seus princípios morais ameaçados com a proposta de distribuição do material do kit nas escolas brasileiras, usa de força política para fazer com que suas vozes sejam ouvidas – e, por consequência, suas vontades feitas.

Nesta mesma reportagem, é dito que as duas bancadas – evangélica e católica – somadas têm juntas mais de 90 deputados e 4 senadores. Na página eletrônica da Frente Parlamentar Evangélica⁴³ foram encontrados em sua lista de membros atuais 131 representantes. A quantidade de representantes da Frente Parlamentar Católica não foi encontrada, mas já verificamos um número maior que o dado na reportagem somente com uma das frentes.

Ainda no site da Frente Parlamentar Evangélica, foi encontrada uma matéria muito curiosa intitulada “Revista faz análise do tipo de influência que políticos evangélicos exercem”. A revista colocada é a *O Viés*⁴⁴, revista digital idealizada e desenvolvida por estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Se auto-intitulam como jornalistas a contrapelo, e em sua página eletrônica podemos ter acesso à reportagem original, de 12 de

⁴¹ Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20110524.pdf>

⁴² Fonte: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/05/25/evangelicos-ameacaram-ir-contrapalocci-para-coibir-kit-gay/>

⁴³ Link: <http://www.fpebrasil.com.br/>

⁴⁴ Site: <http://www.revistaovies.com/>

dezembro de 2011, com o título de “Um estado laico com bancada evangélica.”⁴⁵, por Felipe Severo. Na reportagem, são traçadas várias críticas a partir de gráficos⁴⁶ – os mesmos utilizados no site da Frente Parlamentar Evangélica – mostrando a divisão da bancada evangélica dividida por partidos, igrejas e estados.

Os resultados são gritantes. Como descrito pelo jornalista, a bancada evangélica tem uma força enorme no alcance de votações, pois, ao ser comparada com outros partidos, seria a terceira maior do Congresso, perdendo apenas para o PT e o PMDB. A partir destes resultados, podemos compreender porque a pressão feita a Gilberto Carvalho – e, indiretamente, a presidente Dilma Rousseff – pela banca evangélica pôde ser tão ameaçadora: faz grande diferença em votações no Congresso Nacional.

Voltando a mesma reportagem colocada no site da FPE – com apenas algumas informações cortadas do texto original na íntegra e com os gráficos – é percebido que existem afirmações no site da FPE que não condizem com as que foram feitas pelo jornalista. Na matéria do site da FPE, está escrito que “Segundo a matéria, os ‘Evangélicos preenchem buracos, suprem onde o governo falha e daí conseguem apoio fácil, a militância LGBT, assim como várias outras dos movimentos sociais, no geral, é submissa a um modelo, grande parte dela está partidarizada e com prioridades nada ligadas à causa que deveria defender’”; porém, na matéria original na página eletrônica da O Viés, não achamos nenhuma destas informações, quanto mais esta sentença por inteiro, muito pelo contrário; a matéria denuncia que essa quantidade de representantes evangélicos nas bancadas é perigosa, pela sua força em questão de quantidade de votos e principalmente o seu viés religioso em questões onde deveria prevalecer o Estado laico, como a do aborto e da distribuição do kit de material educativo nas escolas. Nas palavras do autor: “A consolidação do Estado Laico – garantido na nossa Constituição, mas como vimos, bastante frágil em sua prática – não é importante apenas para a comunidade LGBTT. Sua consolidação vem favorecer os praticantes de todas as religiões ou de nenhuma delas, que têm dessa forma asseguradas a sua liberdade de crença e de descrença”.

Com base nos discursos trazidos em torno de uma mesma reportagem, podemos refletir em que medida informações utilizadas sem o devido intuito original podem confundir a visão das pessoas sobre um determinado assunto. Ainda mais, podemos pensar no alcance da criação

⁴⁵ Matéria na íntegra: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica/>

⁴⁶ Os três gráficos se encontram em anexo.

mediática da realidade, inclusive apropriando-se seletivamente de discursos que expressam posicionamentos contrários. A FPE tem uma grande visibilidade e, assim, um poder de coerção sobre os discursos propagados e regulados na sociedade, visto que o poder se difunde pelas vias do saber e a mídia é uma dessas produtoras de poder. O discurso da Frente Parlamentar Evangélica é claro: “A conclusão é que mesmo sendo minoria, os evangélicos mandam”. Cientes do poder que têm, expresso no número de parlamentares, fizeram uso de “chantagem”, sem esconderijos, sem máscaras, sem mal entendidos ou sutilezas: este é o *jogo político*, como afirmado publicamente e sem constrangimento pelo presidente da banca.

O veto do kit e sua repercussão midiática e social

Foi dentro deste contexto e destes acontecimentos que, em 25 de maio de 2011, a distribuição do kit do material educativo do Projeto Escola Sem Homofobia para as escolas brasileiras foi vetado pela presidenta da República. Em uma reportagem da Globo News⁴⁷, é afirmado que a presidente achou o conteúdo do vídeo impróprio e que a partir daquele momento materiais deveriam passar por um comitê avaliador antes de serem distribuídos. Nas palavras da própria presidente: “O governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, o governo não vai... Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. Nem de nenhuma forma. Nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode sim, fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença e de que você não pode exercer práticas violentas quanto aqueles que são diferentes de você”. Neste instante da coletiva, responde, ao ser questionada por algum jornalista: “Não, eu não concordo com o kit, porque eu não acho que ele faça defesa de práticas não-homofóbicas”.

Entretanto, o presidente da AGBLT, Toni Reis, no mesmo dia do veto do kit, divulga uma nota oficial intitulada “Está havendo um grande equívoco – kit do projeto Escola Sem Homofobia⁴⁸”, afirmando que foi convocado a uma reunião na semana seguinte para oferecer explicações sobre o kit, e que quer “ressaltar enquanto integrante de uma das organizações

⁴⁷ Link da reportagem: <http://www.youtube.com/watch?v=yuqJIDNBWBs&feature=g-hist>

⁴⁸ Link: <http://tantasnoticiasx1.blogspot.com.br/2011/05/esta-havendo-um-grande-equivoco-kit-do.html>

idealizadoras do kit, que o mesmo não contém cenas de sexo explícito, nem sequer um beijo e não foi editado nenhum material do kit com a logomarca do governo federal”.

A nota não explica exatamente o que acontece, só afirma sobre a reunião e que o material foi avaliado pela Procuradoria Federal dos Direitos Humanos do Cidadão, no dia 3 de maio, através de uma audiência pública intitulada “Avaliação dos programas federais de respeito à diversidade sexual nas escolas⁴⁹”. Discursos ainda desconhecidos. Por que Toni Reis se pronuncia publicamente para dizer isso?

No dia seguinte, há uma reportagem na Terra Magazine com a chamada “ABGLT acusa evangélicos por vídeo falso; Garotinho nega⁵⁰”. Na reportagem, as entidades responsáveis pelo kit afirmam que o material mostrado à presidenta não é o material produzido por eles, mas sim um outro material, e acusam a bancada religiosa de serem os responsáveis por essa distribuição equivocada. Anthony Garotinho, na reportagem, se defende, afirmando que o material não foi encaminhado por sua bancada e que não sabe quem foi que os encaminhou. No entanto, reitera: “É verdadeiro. Os vídeos foram, inclusive, pagos pelo Ministério da Educação. Nós temos um ofício do ministro respondendo ter contratado para isso”.

Toni Reis afirma que o material entregue foi uma apresentação em Power Point⁵¹, realizada durante audiência pública para a “Avaliação dos programas federais de respeito à diversidade sexual nas escolas”, ocorrida no Ministério Público Federal. Esclarece: “Há um (arquivo de) Power Point que os evangélicos montaram para apresentar no Ministério Público durante a audiência. Não tem alhos nem bugalhos. Pegaram parte de um material dirigido a usuários de drogas, a prostitutas, à prevenção da AIDS. Transformaram em vídeo e levaram para a Dilma. Não tem nada a ver com o kit Escola Sem Homofobia. A presidente está comprando gato por lebre”.

Em uma outra matéria, saída no site da MTV⁵², no mesmo dia, afirma que Toni Reis, em uma entrevista ao Portal Terra, esclareceu que o material apresentado era antigo, e havia sido

⁴⁹ Link: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direitos-sexuais-e-reprodutivos/audiencia-publica-avaliacao-programas-federais-respeito-diversidade-sexual-nas-escolas/audiencia-publica-dos-programas-federais-de-respeito-a-diversidade-sexual-nas-escolas>

⁵⁰ Link: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5151382-EI6578,00-ABGLT+acusa+evangelicos+por+video+falso+Garotinho+nega.html>

⁵¹ O power point se encontra disponível na reportagem da nota de rodapé anterior. O material também está disponibilizado em anexo.

⁵² Link: <http://mtv.uol.com.br/memo/video-que-motivou-dilma-rousseff-a-vetar-kit-anti-homofobia-era-falso-afirma-abgl>

produzido para adultos, usuários de drogas, visando tratar de temas como prostituição e redução de danos. Nesta reportagem, diz ainda que a alusão a logomarca do Governo Federal que denunciou que o material apresentado não era o mesmo: “Aí que pegamos o erro. Penetração anal, sexo oral, vaginal. Sem dúvida não é um material para distribuir em escolas. Sou professor, meu doutorado é em educação e homofobia. Eu vetaria se fosse presidente”.

Os discursos ficam cada vez mais distorcidos, assim como as opiniões. O que se sabe é que até hoje não houve nenhuma reunião, e nem maiores esclarecimentos às entidades responsáveis sobre o material e no que estava sendo considerado nele impróprio para adolescentes no ensino médio. A vontade de verdade aqui flutua, entre diversas relações e sistemas de poderes e, de acordo com sua voz maior, a da presidenta da República, parece estar clara a posição de que problemas relacionados à homofobia – de acordo com suas próprias palavras – deve sim ser tratados. Só não menciona como, nem quando, nem onde. Vemos clara a enunciação de que a sexualidade ainda se encontra difundida e presente nos discursos sociais, mas separada e rejeitada do meio escolar.

Atualmente, há mais de um ano do acontecimento, ainda sobram muitas dúvidas e poucos esclarecimentos. O kit ainda é pauta na mídia – principalmente com a recente votação da prefeitura de São Paulo, em que concorreu Haddad contra José Serra –, substancialmente como moeda política para votos, ou a perda deles. Em uma reportagem ao site do Terra⁵³ em maio deste ano, Toni Reis lamenta pela presidenta ainda só ter ouvido um lado da história – o da bancada evangélica. “O kit está pronto e, de certo modo, cumpriu seu papel porque os vídeos já foram vistos por mais de 50 milhões de pessoas na internet. Mas nós precisamos de um programa oficial, dentro da escola. Queremos falar com a presidenta e ouvir dela o que não gostou nesse trabalho, em que parte está o erro, onde está a propaganda”. Diz ainda que não tiveram nenhum posicionamento do governo sobre o acontecimento, e que necessitam ter voz para falar sobre a importância do material.

O direito à visibilidade parece ser assegurado a protagonistas e pessoas que ocupam o poder perante o Estado. Em *A ordem do discurso* (1970), quando Foucault descreve os procedimentos de controle do discurso – mais especificadamente, das condições de seu

⁵³

Link:

<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI5768147-EI8266,00-Um+ano+apos+veto+ABGLT+quer+resposta+sobre+kit+antihomofobia.html>

funcionamento, chama atenção que esse procedimento não permite que todos tenham acesso ao discurso, por meio da imposição de certas regras. É uma espécie de rarefação de certas pessoas do discurso, como um balão que flutua ao vento, aos céus, cada vez mais leve...

CAPÍTULO 06: A REPRESENTAÇÃO VIVA DA TEORIA

Situando o acontecimento

No dia 15 de maio de 2012, participei do 9º Seminário LGBT do Congresso Nacional, intitulado “Sexualidade, papéis de gênero e educação na infância e na adolescência”, com o lema “Respeito à diversidade se aprende na infância”. Fiquei sabendo deste através do perfil do *twitter* do deputado do PSOL Jean Wyllys e que era gratuito e aberto ao público. O seminário contou com a participação de diversas entidades, representantes, deputados, pesquisadores e tinha uma programação diversa⁵⁴, abordando vários temas relacionados à educação em direitos humanos sexuais e reprodutivos.

Surpresa, ao chegar no dia do evento e verificar a programação, vi que uma das pesquisadoras que iria falar em uma mesa redonda era uma das professoras da minha faculdade, a Doutora em Psicologia Tatiana Lionço⁵⁵, que havia me dado aula de Psicologia da Saúde e por quem tenho muita admiração.

Ela discursou na parte da manhã sobre Sexualidade infantil⁵⁶, ao lado de João Nery, um transexual masculino que escreveu um livro autobiográfico chamado ‘Viagem Solitária’; Miriam Ambromovay, pesquisadora em sexualidade e adolescência, entre outros, em uma mesa redonda sobre ‘Subjetividade e papéis de gênero: é possível falar em uma infância e adolescência gay?’, mediada pela deputada e psicóloga, Erica Kokay.

Durante a mesa foram abertas as inscrições de quem gostaria ter a palavra no final para comentar sobre os assuntos abordados. Rapidamente me prontifiquei – estava entusiasmada pelo debate qualificado que estava ocorrendo. Ao final, foi dito que pelo horário só seriam ouvidas dez pessoas, na qual eu era a última delas. Foram ouvidos militantes da causa, representantes,

⁵⁴ A programação completa do seminário se encontra disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/wp-content/uploads/2012/05/programacao9slgbt2.jpg>

⁵⁵ Para mais informações, o perfil lattes de Tatiana Lionço:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4792085P8>

⁵⁶ As notas taquigráficas da fala original de Tatiana podem ser encontradas aqui:

<http://gentetransviada.wordpress.com/2012/09/06/notas-taquigraficas-audiencia-publica-no-senado-federal-sobre-etica-profissional-e-diversidade-sexual-29-de-agosto-de-2012/>

depoimentos, diversas vozes. Entre elas, uma travesti que é atualmente professora, o deputado pastor Ronaldo Fonseca, e a estudante que vos escreve a presente pesquisa. Fechei o seminário e, em 2 minutos, coloquei que a minha reflexão em torno do seminário era em relação até onde podemos usufruir da nossa posição em exercício profissional para disseminar nossas crenças e valores pessoais. Critiquei a nomenclatura ‘kit gay’ pois tomei um susto quando ouvi um militante da causa usando esta nomenclatura em sua fala, e reiterei que este nome era preconceituoso; e que acreditava que esta discussão em torno de implantação ou não do kit nas escolas era arcaica porque, se o Estado é laico, não há nem o que se discutir, deve ser colocado e pronto.⁵⁷

Pela parte da tarde, só vi uma das duas mesas que aconteceram, a que tratou sobre ‘Educação, sexualidade e gêneros’, com a participação de Lena Franco, integrante da ECOS e Coordenadora do Projeto Escola Sem Homofobia, uma representante da UNESCO e um coordenador de um programa sobre sexualidade no Rio de Janeiro, Alexandre Bortoloni. Outro debate de alto nível, onde foram esclarecidas e discutidas diversas formas de se realizar uma pedagogia diferente da heteronormativa, com exemplos e referências ao material educativo do kit.

Até o presente momento, o Seminário havia contribuído para minha formação acadêmica em direitos humanos, política em minha profissão e em vários graus de informação para a presente pesquisa. Porém, três meses depois, em minha caixa de entrada de e-mail, recebo uma mensagem de minha professora, Tatiana Lionço, com o título “denúncia”. E, de repente, estamos eu, ela, e mais diversos outros atores do Seminário em um vídeo intitulado “Deus salve as crianças⁵⁸”, no youtube, com mais de 50 mil visualizações. O autor do vídeo já é um ator conhecido na proliferação de discursos homofóbicos: Deputado Jair Bolsonaro.

⁵⁷ Minha participação na íntegra em vídeo: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/videoArquivo?codSessao=00020959#videoTitulo>, e em notas taquigráficas em anexo.

⁵⁸ Infelizmente, o vídeo ainda se encontra online e pode ser assistido aqui: <http://www.youtube.com/watch?v=Vbk3jmGPxxY>. O vídeo também está disponível na página eletrônica do deputado Jair Bolsonaro: <http://www.bolsonaro.com.br/jair/>

O vídeo – Modos de endereçamentos diretos?

A denúncia, referida por Tatiana, era em relação à deturpação de nossas falas – e de mais outras diversas pessoas que estavam no Seminário – em um vídeo editado que colocava os nossos discursos de forma a serem compreendidos a partir de outra ótica. Com aproximadamente 7 minutos de duração, vemos falas de pessoas lutando por direitos humanos legítimos sendo distorcidas em prol de valores pessoais de parlamentares que parecem estar acima dos valores do Estado.

Vou descrever alguns trechos do vídeo, com intuito de oferecer compreensão ao leitor de suas imagens com o entendimento teórico de que um material audiovisual envolve uma pedagogia na medida em que seus modos de endereçamento são analisados, além de compreender que produções veiculadas a figuras de poder – como é o caso de um deputado – têm grande poder de coerção sobre o que é proliferado como verdade em uma sociedade. Confesso que é difícil falar do assunto sem me distanciar – afinal, também tive minha imagem denegrida socialmente – mas esclareço que a minha intenção em analisar o conteúdo é com finalidade acadêmica – afinal, produzir conhecimento científico também é uma forma de luta, é uma forma de poder.

Na primeira cena, vemos o deputado Bolsonaro: “Assista ao que foi tratado no último dia 15 de maio na comissão de educação da Câmara. É a volta do ‘kit gay’ nas escolas, onde muitas crianças irão ser estimuladas a serem homossexuais. Assista”. Aparecem, então, pequenos recortes de diversos discursos propagados no seminário, imagens reais do que foi discursado e falado. Todavia, logo algo chama atenção: ao mostrar uma fala do deputado Jean Wyllys, que lê um texto sobre como é viver no armário, e que muitos tentam curar a homossexualidade pelo sofrimento que têm ao colocar sua homoafetividade na esfera pública com “pastores curandeiros e psicólogos charlatães”, aparece escrito em cima da imagem do vídeo em caixa alta: “PASTORES CURANDEIROS”. A fala continua, e em seguida, aparece Tatiana Lionço em seu pronunciamento.

Neste instante, em menos de 15 segundos do aparecimento de sua imagem, a imagem é grotescamente cortada três vezes, identificando um claro corte de raciocínio de seu discurso. É como se a sua fala, juntando os três pedaços que foram cortados, ficasse assim: “Gostaria de iniciar abordando um tema tanto controverso que é o da sexualidade infantil (CORTE) Que, recorrentemente, no caso da pedofilia dentro da igreja católica, (CORTE) é a culpa da criança

homossexual”. Na análise do propriamente dito, o enunciado editado relaciona a sexualidade infantil à culpa da criança homossexual, e a sexualidade infantil à pedofilia dentro da igreja católica.

Aparece nova imagem de Tatiana, falando: “As brincadeiras sexuais infantis também podem envolver os outros, meninos buscando conhecer o corpo de outros meninos e meninas e meninas buscando conhecer os próprios corpos e o de outras meninas e meninos”, com o escrito: “ESTIMULANDO O HOMOSSEXUALISMO INFANTIL”. Acontece outro corte. Aparece ela falando novamente: “Quando meninos e meninas brincam inclusive sexualmente em seus corpos, com outros meninos e meninas, eles não estão sendo gays ou lésbicas quando fazem isso com pares do mesmo sexo, não é disso que se trata” (CORTE) “Então deixem as crianças brincarem em paz”, com uma grande caixa alta escrita na tela: “BRINCAREM EM PAZ??????” e a imagem continua, sem cortes: “isso as tornará adolescentes e adultos mais inteligentes e potencialmente mais perspicazes no enfrentamento e na transformação do mundo que nos deixamos como herança”, com o enunciado na imagem “Meninos gays são mais inteligentes que os héteros...”.

A imagem de Tatiana foi denegrada profissional e moralmente. Ao olhar de muitos, é uma psicóloga que ‘estimula’ a homossexualidade infantil e que tem relações com a pedofilia. A imagem política é utilizada em sua potência por meio de um veículo midiático de grande alcance – a internet –, junto com o audiovisual, altamente pedagógico em sua técnica, para dar visibilidade aos seus enunciados, editados para soarem com o sentido contrário ao originalmente pretendido. Como bem pontua Foucault (1970, 2000), não importa a veracidade do fato que é discursado em si, mas quem o diz, como diz, quando diz. O discurso sempre é produzido em razão das relações de poder e a verdade é aquela que é dita, que é proliferada, que está em voga nos discursos. Com mais de 50 mil visualizações e dois mil comentários no *youtube*, vemos que mesmo um vídeo com edição medíocre e claramente perceptível consegue ter imenso crédito e apoio.

Na cena em que apareço, a fala apresentada é a seguinte: “Então não tem nem o que se discutir entendeu. Um kit ou qualquer coisa dele, dele ser chamado de kit gay (CORTE) que no estado brasileiro que vê essa necessidade de ser colocado isso dentro das escolas (CORTE) e ele tem que colocar, não tem que ficar entrando em todas essas discussões”. Com relação ao sentido de tal enunciado após a edição, me parece que se trataria de uma denúncia da defesa do “kit gay” nas escolas brasileiras se o Estado assim julgar necessário.

Entre outras falas cortadas, aparece a deputada Fátima Bezerra, explicando que o projeto do kit havia sido elaborado cuidadosamente, dentre os padrões que... E acontece um corte. Na outra imagem, uma primeira cena que não é do Seminário e, de acordo com a legenda do vídeo de Bolsonaro, é de um seminário LGBT de novembro de 2010, escrito abaixo “lançamento do kit gay”⁵⁹. O autor da imagem é André Lazaro, secretário da SECAD. Na imagem, a fala apresentada é a seguinte: “(...) no filme a gente tinha um beijo na boca... um beijo lésbico na boca... e agente ficou três meses discutindo até onde entrava a língua né, (risos)”. Em notas taquigráficas da Câmara⁶⁰, percebemos que André Lázaro está na verdade criticando a dificuldade que tiveram em relação a um dos vídeos (Torpedo), por ter um beijo lésbico ao final das duas protagonistas, como já explicitado aqui antes. Em sua fala, explicita a delicadeza que envolve a proliferação destes discursos, e que é claro que o MEC não vai acolher todo o material e que, por isso, é necessário aprofundar no diálogo e no respeito, para que o material não fique ‘guardado na gaveta’. E ainda afirma que para abrimos certos discursos será necessária tensão na sociedade. Ironicamente, André Lázaro fala exatamente do que acontece hoje, e a sua fala, que questiona as limitações que ainda encontramos sobre a abertura de discursos, é colocada em tom humorístico e utilizada para que quem assista o vídeo “Deus salve as crianças” fique altamente preocupado.

Aliás, todo o tom e o argumento do vídeo produzido por Bolsonaro se centram neste ponto: que vejam no kit educativo um problema, uma afronta, um erro. Os discursos grotescamente editados são apresentados em prol de opiniões religiosas em torno de um assunto sem dúvida delicado que é o da identidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Porém, para disseminar tais opiniões, são usados recortes de discursos apresentados com intuito de fazer com que o espectador questione o kit, ache-o ofensivo, absurdo, sem fundamento. Inclusive, o modo de endereçamento do vídeo parece querer pegar dois espectadores: os religiosos, e os não religiosos, porém menos informados, que, ao entrarem em contato com este material, vão no mínimo considerá-lo duvidoso – afinal, com discursos em recortes com falas tão fortes e polêmicas, como construir a confiança no espectador sobre a veracidade de seu conteúdo e suas práticas?

⁵⁹ O deputado fala do Seminário Escola Sem Homofobia, que aconteceu na Câmara dos Deputados, no dia 23 de novembro de 2010.

⁶⁰ As notas taquigráficas do Seminário na íntegra estão disponíveis em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/documentos/copy_of_notas-taquigraficas/2010/23.11.2010-escola-sem-homofobia.

Voltando ao vídeo, aparece um novo ator, já na plenária da tarde⁶¹, do professor Alexandre Bortolini que coordena um programa sobre diversidade sexual na UFRJ, formulando uma crítica a educação sexual ser feita na escola por óticas heterossexistas, com o exemplo de uma aula que presenciou em que um professor estava afirmando na aula de educação sexual insistentemente sobre ‘colocar o pênis na vagina’, sem menção a outras formas de relação sexual. Aparece ainda uma cena em que em sua apresentação de Power Point explica que trabalhar sexo e gênero não tem idade, que o que muda é a forma como estas questões são trabalhadas. Na imagem, a edição de Bolsonaro escreve: “Ensino fundamental: crianças a partir de 6 anos”. No mínimo, controverso e confuso, pois o autor do vídeo já protagonizou diversos discursos na mídia com a informação errônea de que o kit de material educativo seria distribuído para crianças do ensino fundamental, em oposição à real informação de que o material é para adolescentes de ensino médio.

Em seguida, aparecem imagens de Lena Franco – uma das coordenadoras do material educativo do kit e funcionária da ECOS – e Toni Reis, presidente da ALGBT, chamando atenção que o material e outras iniciativas da frente LGBT foram financiadas com o dinheiro público. Bolsonaro insistentemente fala sobre a questão do financiamento do governo à práticas que combatam a homofobia, abrindo um discurso controverso na sociedade brasileira, visto que, por questões culturais e políticas do nosso governo, é um assunto que sensibiliza os brasileiros.

Em outra cena, aparece o deputado Jean Wyllys, que em sua fala original está explicando ao deputado pastor Ronaldo o que significa a palavra ‘fundamentalismo’. Na imagem apresentada, temos então Jean explicando que quando alguém pega as palavras da bíblia e as utiliza ao pé da letra, ela pode ser chamada de “fundamentalista sem medo de ser feliz”. Acontece um corte, e aparece novamente o deputado Jean Wyllys, explicando o caso de um vereador do Rio de Janeiro – em baixo, vemos a legenda de Jair Bolsonaro esclarecendo: “É o vereador Carlos Bolsonaro, autor do PL 1082 aprovado em 1º turno com 21 x 9 votos”. Jean chama a proposta de “aberração constitucional”, por se tratar de uma lei inconstitucional, explicando que a proposta é que seja proibida a distribuição na rede de ensino pública do município (Rio de Janeiro) de qualquer material que venha enfrentar a homofobia. Acontece outro corte.

⁶¹ Todas as falas dos integrantes da plenária da tarde estão disponíveis em vídeo aqui: http://www.youtube.com/watch?v=gthzR_d9uIU

Na imagem seguinte, aparece o reverendo Márcio Retamero, que é homossexual e que luta pela inclusão LGBT na igreja cristã. Afirma que “sempre querem ligar a pedofilia à homossexualidade, enquanto as pesquisas nos mostram que mais de 70 % dos pedófilos (CORTE) são pais, são tios, são avós, são primos (CORTE) talvez os outros 30 % estejam aí dentro das igrejas, nos púlpitos, vestindo batinas e pregando por aí. (CORTE) O Deputado Jean falou do capetinha que tentou passar — porque filho de capeta é capetinha, não é? — a aberração, lá na Câmara dos Vereadores do Rio. É um absurdo não deixar que seja distribuído o material...” (CORTE). Nesta fala, aparece escrito embaixo: “O ‘CAPETA’ é o deputado Jair Bolsonaro”.

Volta a imagem do reverendo Márcio, afirmando que “o que mais se vê nas escolas são imagens de santos, de crucifixos, enquanto que o Estado é laico. Tá na hora da gente tirar as imagens de Maria, de ‘santo-isso-santo-daquilo’, de crucifixos dos espaços públicos (CORTE) o poder de projetos dos fundamentalistas religiosos, esses desgraçados, eles têm um poder político de projeto que só está se consolidando – com os dizeres: “RELIGIOSOS DESGRAÇADOS (PADRES E PASTORES)” – (CORTE) mas eu sei que eu estou disposto a pegar em armas se preciso for... se se instalar uma teocracia no Brasil”.

Vemos então novamente Jair Bolsonaro: “Não podemos assistir passivamente este movimento que busca acabar com a família e com as religiões. Mesmo respondendo a dezenas de processos, continuarei fazendo a minha parte. Quando a você, não se omite, amanhã poderá ser tarde”. E o vídeo finalmente acaba.

Nos comentários do vídeo do youtube, vemos centenas de comentários de apoio à Bolsonaro, contra uma quantidade mínima de críticas. Dentre as repercussões, em sua lista de comentários do youtube, temos: “Bolsonaro Presidente!”; “ESSES HOMOSSEXUAIS SÃO MONSTROS, desculpa essa é palavra!”; “VAMOS QUEIMA KIT GAY EM PRAÇA PUBLICA!!!!”, e um escondido “Que edição tendenciosa... Não vale a pena nem discutir aqui. Bando de retrógrados fanáticos!”. Esta recebe resposta: “estao dizendo q o vídeo foi editado.mas na verdade foi apenas resumido.o q esta vaca da tatiana lionço diz é q os padres viados q abusaram de meninos não cometeram crime de pedofilia e sim crime de serem padres.”, dentre outras diversas atrocidades.

Ao que parece, realmente é fácil dizer o que não foi dito; basta pegar as falas originais de alguém, cortá-las, editar um vídeo e disseminá-lo na internet com as intenções que se bem quiser. A ‘representação viva da teoria’, como intitulei, mostra, sem mais, nem menos, como

informações desconstruídas e proliferadas com a sua intenção inicial totalmente deturpada podem produzir novas verdades, novos saberes, sobre uma mesma ótica. O saber não só se difunde pelas vias do saber, como, o saber é o próprio poder. Como Foucault (1970) já explicava, o comentário, quando desloca o foco de sua proliferação inicial, nada mais é do que um “um jogo, utopia ou angústia” (p. 23).

“Deus salve as crianças de quem?”

A repercussão não foi somente em comentários na internet, mas de alcance nacional. Em uma matéria no site da Câmara dos Deputados, no dia 17 de agosto de 2012, intitulada “Bolsonaro edita fala de psicóloga como se ela defendesse pedofilia⁶²”. A reportagem, iniciada com a sentença “O deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) deu mais uma amostra de que não há limites para sua ‘militância homofóbica’”, denuncia que ele “ultrapassou os limites da injúria” ao editar a fala da psicóloga Tatiana Lionço, fazendo com que ela parecesse em defesa do ‘homossexualismo infantil’.

A reportagem ainda chama atenção às legendas fazendo juízo de valor às falas apresentadas no vídeo editado pelo deputado, e Tatiana tem a voz: “O que ocorreu foi que o Deputado Jair Bolsonaro editou e adulterou o teor da minha fala”, diz. Ela ainda esclarece que o vídeo foi replicado por um pastor chamado Tupirani, com o nome: “kit gay/homossexualismo: ódio e possessão demoníaca⁶³” que, na íntegra tem exatamente o mesmo conteúdo que o “Deus salve as crianças”. Ela esclarece que o autor do vídeo, pastor Tupirani, tem antecedentes criminais exatamente por intolerância religiosa⁶⁴ e denuncia: “Isso fere o ordenamento legal em vários aspectos: uso indevido da imagem, pois nunca autorizei a publicação do vídeo que editaram; direitos autorais, pois nunca afirmei o que eles editaram no vídeo, é uma deturpação; difamação, pois segundo a moral do pastor demônio é coisa ruim e associaram as pessoas do vídeo a essa imagem”.

⁶² Link:

http://camaraempauta.com.br/porta/artigo/ver/id/3347/nome/Bolsonaro_edita_fala_de_psicologa_como_se_ela_defende_pedofilia

⁶³ Link: <http://www.youtube.com/watch?v=fbgroo217C0>

⁶⁴ Uma notícia sobre o caso: <http://extra.globo.com/noticias/rio/justica-manda-prender-pastor-jovem-que-atacam-umbandistas-303222.html#axzz2CKGoSKla>

Nos perfis pessoais do *twitter* de Carlos Bolsonaro⁶⁵ e Flávio Bolsonaro⁶⁶, os filhos do deputado Jair, eles afirmam diversos enunciados contendo o link do vídeo “Deus salve as crianças”. Em 17 de agosto, Carlos Bolsonaro já polemiza: “P/ variar... RT⁶⁷ @Corrup_Nao: Psicóloga fala besteira à vontade sobre crianças, depois diz q Bolsonaro editou?”, contendo o link do vídeo. No dia 29 de agosto, diz ainda: “Seminário LGBT: Quando ã há argumentos, as rotineiras desculpas esfarrapadas são usadas, como se os ativistas ã tivessem falado o q falaram”.

Tatiana criou um blog para falar sobre o acontecimento⁶⁸. Nele, podemos ter acesso a diversas notas, entre elas a de desagravo do Conselho Federal de Psicologia, de repúdio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, do GESE – Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola; notas taquigráficas, textos, matérias, enfim, um material bastante vasto e esclarecedor em torno do seu processo de difamação. Também há duas notas de repúdio à vinculação da homossexualidade a pedofilia, uma da ABGLT e outra do deputado federal Jean Wyllys. Existem ainda diversos textos, escritos por outros autores, analisando minuciosamente o pronunciamento de Tatiana no 9º Seminário LGBT e quebrando todos os possíveis argumentos criados pelo vídeo editado por Bolsonaro. Dentre eles, destaque para um chamado: “A sexualidade e as crianças: tabus que geram violências⁶⁹”, por Leandro Colling.

Em 30 de agosto de 2012, em uma reportagem saída no site da Congresso em Foco, Bolsonaro responde contra as acusações de difamação: “estou me lixando⁷⁰”. Em entrevista, o deputado afirma que “Não existiu nenhuma edição de má-fé. Eu achei até, depois que fiz o vídeo, que eu poderia ter melhorado, poderia ter sido mais contundente. Porque é uma afronta à família, é um desrespeito às crianças [...] Não tenho nada a esconder, não. Para mim é um prazer falar desse assunto”. Diz mais: “Eu estou me lixando para eles. E seria um bom momento para mostrar que muito deputado não sabe o que está acontecendo. Deveria era ter uma representação contra os que participaram desse seminário”. Finalmente: “Se depender de mim, os homossexuais vão

⁶⁵ Link: <https://twitter.com/VerBolsonaro>

⁶⁶ Link: <https://twitter.com/FlavioBolsonaro>

⁶⁷ RT é uma sigla para Retweet, que é uma função interativa da mídia social que permite que você encaminhe os ‘tuítes’ que quiser. No caso, Carlos Bolsonaro ‘retweetou’ do perfil do @Corrup_Nao.

⁶⁸ Link: <http://gentetransviada.wordpress.com/>

⁶⁹ Link: <http://www.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2012/10/10/a-sexualidade-e-as-criancas-tabus-que-geram-violencias/#.UHbgpNFcXpY.gmail>

⁷⁰ Link: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/reportagens-especiais/bolsonaro-“estou-me-lixando”/>

apanhar muito aqui dentro da Câmara. Vão levar pau aqui dentro, e o pau que eles vão levar não é aqueles que eles gostam, não. Não vão ter paz na Câmara enquanto eu estiver aqui”.

Uma afirmação forte, violenta, claramente preconceituosa, remetendo inclusive à violência física. Afirmar que o vídeo não foi editado é, no mínimo, irracional, visto que até um leigo em produção audiovisual vê claramente que há diversos cortes nas imagens apresentadas. O deputado Jean Wyllys adverte, na matéria, sobre o perigo disto: “As pessoas veem essas coisas na internet e não sabem de onde veio, quem fez isso e acabam acreditando. Pouca gente vai atrás para saber o que é aquilo de verdade, não verificam o grau de manipulação da informação”. Tanto Tatiana Lionço, como o deputado Jean Wyllys e eu já fizemos denúncia juntamente a Polícia Federal.

Infelizmente, até o presente momento, o vídeo não foi retirado do site *youtube*. Tatiana continua sendo alvo de ameaças e críticas severas com relação à sua postura profissional. Sua idoneidade física e moral está em jogo, enquanto Bolsonaro ‘está se lixando’. Pois bem, nós não estamos. E também posso dizer com toda tranquilidade que enquanto houverem pessoas assim no poder, também haverá quem lute contra. Quem lute pela verdade.

Tomo a liberdade de finalizar a análise deste triste acontecimento dando voz a uma das sábias falas de Tatiana Lionço em seu blog, no dia 27 de agosto de 2012⁷¹:

“(...)Eu diria que fiquei muito insatisfeita com as últimas palavras públicas do político da vergonha. Disse ele que os homossexuais ‘vão levar pau aqui dentro, e o pau que eles vão levar não é aquele que eles gostam não’. Isso me fez pensar à revelia no pau do político da vergonha e no pau que havíamos de gostar. O máximo de conclusão que cheguei a respeito é que eu não tenho e não quero ter nada a ver com o pau do político da vergonha.

Vejam bem, eu, enquanto mulher, feminista, irredutível tanto em relação à homossexualidade, heterossexualidade, transexualidade, travestilidade ou o que mais caiba na fantasia de pessoas quaisquer ao meu respeito, digo agora que basta de pau. Não quero pau, estão enganados. Digo isso em nome da luta feminista, não queremos pau, estamos reivindicando parar de tratar disso.

Pensei com simpatia em muitos homens sem pau que eu conheço. Eles nos ensinam que o que faz o homem não é o pau, há muitos homens que não precisam de pau nenhum para se afirmar ou se posicionar, seja real ou metaforicamente. Fiquei pensando nisso por umas duas horas hoje, durante o dia, e agora me veio uma ideia vaga e reconfortante, a de partilhar de uma luta por uma sociedade onde poder não seja sinônimo de pau.

Esta é a nossa proposta de justiça feminista: político da vergonha, tire o teu pau das nossas vidas.”

⁷¹ Link: <http://gentetransviada.wordpress.com/2012/08/27/politico-da-vergonha-tire-o-teu-pau-das-nossas-vidas/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente estudo, me lembrei de uma reflexão de Foucault que diz muito sobre o que posso concluir acerca não somente da minha análise mas também sobre o que aconteceu comigo e com os integrantes do 9º Seminário LGBT: “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2012, p. 138).

Neste momento, concluo que estamos desempoderad@s, no mais amplo sentido do termo. Nossas palavras podem ser usadas contra nós deliberadamente; nossas vozes não são ouvidas. Querem apagar as minorias do discurso na sociedade – como o que aconteceu com o veto do material educativo do kit de combate a homofobia de ser distribuído no ambiente escolar. Os espaços de circulação são minados, seja da escola, do espaço público, ou até mesmo na televisão. A seleção da visibilidade nunca é arbitrária: parte de uma relação histórica, social, cultural e, sempre, política.

A força da produção de verdade por aparatos culturais – como a televisão, a internet, o cinema – é de grande relevância na formação de opiniões e saberes em torno de certas questões na sociedade. Só é entendido o que é visto, só é produzido sentido em cima do que é apresentado, do que é visível. O poder se difunde pelas vias do saber (FOUCAULT, 2012), e as vias do saber produzidas na mídia, muitas vezes, é um saber difuso, sem veracidade, distorcido.

A luta pelo poder é complexa; no entanto, deve-se resistir. Deve-se procurar ter voz. Deve-se lutar pelo direito de resposta. Deve-se fazer difundir outros saberes, a fim de produzir novos discursos. Devem ser buscadas alianças com figuras religiosas que apóiam o combate a homofobia, assim como setores do governo alinhados com a causa. Os espaços públicos são direito do cidadão brasileiro, então cabe às instâncias do Estado viabilizarem o trânsito de tod@s.

A escola necessita ter uma função no quesito da formação em cidadania, sem discriminação, sem preconceito. A laicidade do Estado precisa ser compreendida em sua totalidade e a ignorância religiosa não pode mais monopolizar uma discussão que não lhe pertence. A contribuição do presente estudo, em seu grau amplo, é de produção de saber como resistência a forças políticas coercivas, através da visibilidade sob certos fenômenos e acontecimentos.

A diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar deve ser tratada não somente com alun@s, mas principalmente com professores e funcionários, pois a educação nesse sentido deve ser dada à tod@s que protagonizam o meio escolar. As discussões em torno do tema devem partir de olhares críticos e não ligados à valores e crenças pessoais, mas sim a partir de uma ótica de direitos humanos e de aceitação da pluaridade sexual. Independentemente de seus valores individuais e subjetivos, um educador deve reiterar a cidadania, e sua atuação deve ser permeada por práticas não discriminatórias e no estado alerta em alun@s que proliferam a homofobia. Em outras palavras: a educação em relação à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar só acontecerá com professores devidamente preparados e capacitados para tratá-las.

Finalmente, a minha coincidente participação em um acontecimento tão próximo ao tema desta pesquisa é a minha maior contribuição e, ao mesmo tempo, limitação. Fiquei limitada porque, por mais que tentasse, é impossível enxergar o fenômeno com distância, uma vez que a minha pessoa e imagem estão diretamente envolvidas; por outro lado, sem dúvida contribui em seu caráter em nível de produção de saber, na medida em que, ironicamente, trouxe uma representação da teoria na prática. Nesse sentido, é necessário que continuem sendo produzidas novas pesquisas acerca da diversidade sexual e da homofobia no ambiente escolar, de maneira a oferecer cada vez mais subsídios para serem produzidos novos saberes e, conseqüentemente, novas práticas sociais, mais conscientes e menos discriminatórias.

Posições paradoxais e contrárias. Uma pesquisa não é feita para se obter resultados que se esperavam, muitos menos para verificar questões já compreendidas: uma pesquisa é feita para produzir conhecimento. E eu, com um envolvimento tão próximo e contraditório com meu objeto de estudo, pude obter conhecimento acerca de diversas questões obscuras e mal compreendidas na sociedade brasileira acerca das questões de sexo e gênero, da prática psicológica, social e política de construção de cidadania.

BIBLIOGRAFIA:

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- _____. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- _____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia - História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.
- _____. Congresso Nacional. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2003.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008a.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Senado Federal. Senadora Fátima Cleide, 2008b.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Corpos que pesam. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- COUTINHO, L. M. & QUARTIEIRO, E. M. **Cultura, mídias e identidades na Pós-modernidade**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 27, n. 1, 47-68, jan./jun. 2009.

ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, T. T. (Org). **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FABRIS, Elí Henn. **Cinema e educação: um caminho metodológico**. Educação & Realidade. Vol 33(1): 117-134. Porto Alegre – RS.

FISCHER, R. M. B. **O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise**. Educação & Realidade, Porto Alegre: v. 22, n. 2, p. 59-79, jul./dez. 1997.

_____. **‘Técnicas de si’ na TV: a mídia se faz pedagógica**. Educação UNISINOS, São Leopoldo (RS), v. 4, n 7, jul-dez, p. 111-119. 2000.

_____. **Televisão & educação: fruir e pensar a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

_____. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, FCC/Autores Associados, n 114, p. 197-223. 2001b.

_____. **Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, maio/ago, 2007.

FOUCAUL, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

_____. **História da Sexualidade – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **As palavras e as coisas – Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

_____. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Graal, 2012.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 1997.

_____. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2003.

- ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- KLEIN, A. **Imagens de culto e imagens da mídia – interferências midiáticas no cenário religioso**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 42, 1997.
- LIONÇO, T. & DINIZ, D. Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio.
- LOURO, Guacira Lopees. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- _____. **Um corpo estranho – Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- _____. **Cinema e Sexualidade**. Revista Educação & Realidade. Vol. 33, n. 01, jan/jun, 2008.
- MARON, A. A globalização da economia com ajuda da tecnologia da informação e suas consequências sociais. In: Kolb, Esterbauer & Ruckebauer (Orgs). **Ciberética - Responsabilidade em um mundo digital**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MOREIRA, M. F. S. Preconceito, sexualidade e práticas educativas. In: SILVA & LIBÓRIO (Orgs). **Valores, preconceito e práticas educativas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In MARTINS, F.M.; SILVA, J. M. (orgs.). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina / Edipucrs, 2003.
- PARKER, Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (Org). **O sujeito da educação – Estudos foucaultianos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SEGATTO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status em la etiologia de la violencia**. Série Antropologia, Brasília, 2003.
- REPROLATINA. **Projeto Escola Sem Homofobia – Relatório Técnico Final**. 2011

SILVA, T. T. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. **Sexualidade e gênero: mediações do cinema na construção de identidades**. Revista GE: Gênero, Sexualidade e Educação, n. 23. Rio de Janeiro. 2004.

_____. **O cinema e a formação docente: um diálogo sobre as questões de sexo e gênero**.

Revista Comunicação & Educação, ano X, n 2, mai/ago, 2005.

RICH, A. **Compulsory heterosexuality and Lesbian Existence**. New York: Norton Paperbac, 1980.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

WITTIG, M. **The straight mind**. Boston: Beacon Press, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1: “Informativo kit-gat”. Fonte: site do deputado Jair Bolsonaro.



Figura 4: “Plano Nacional da Vergonha”. Fonte: site do deputado Jair Bolsonaro

DIREITOS HUMANOS – LGBT
A SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS APRESENTA O
PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE
LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANVESTIS E TRANSEXUAIS



“...minhas melhores professoras foram justamente as prostitutas...”
 Indanara Siqueira, Representante da REOTRANS Brasil - Secretária da Região Sudeste, no dia 23/11/2010 - Na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, por ocasião do lançamento do Kit-Gay para crianças de 6, 7 e 8 anos.

1.3.1 - INSERIR NOS LIVROS DIDÁTICOS A TEMÁTICA DAS FAMÍLIAS LGBT

1.3.2 - INCLUSÃO DA POPULAÇÃO LGBT EM PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS (COTA PARA PROFESSOR GAY)

1.4.6 - DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES COM A TEMÁTICA DIVERSIDADE SEXUAL PARA O PÚBLICO INFANTIL (ATÉ 10 ANOS) JUVENIL (10 AOS 15 ANOS)

1.2.33 - CRIA BOLSA DE ESTUDO QUE QUALIFIQUE OS PROFISSIONAIS TRANVESTIS E TRANSEXUAIS

1.1.1 - INCLUIR RECOMENDAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL NO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1.5 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL

1.2.1 - VALORIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS CULTURAIS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANVESTIS

1.2.3 - CLASSIFICAR COMO INADEQUADAS PARA CRIANÇAS, OBRAS COM CONTEÚDOS HOMOFÓBICOS

1.3.4 - INCENTIVAR A PRODUÇÃO CULTURAL LIGADA À JUVENTUDE LGBT

1.3.16 - CAMPANHA NACIONAL DE TESTAGEM HIV PARA ADOLESCENTE LGBT

2.1.11 - CASAS ESTUDANTIS PARA HOSPEDAGEM DE TRANVESTIS E TRANSEXUAIS (REPÚBLICA GAY)

1.2.20 - RECONHECER TODAS AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES PROTAGONIZADAS POR LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANVESTIS COM BASE NA DESCONSTRUÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE.

1.2.15 - LEGALIZAR O DIREITO DO CASAL HOMOSSEXUAL DE ADOPTAR FILHOS / COM REGISTRO FEITO EM NOME DO CASAL

1.3.16 - CAMPANHA NACIONAL DE SEXO SEGURO PARA ADOLESCENTES LGBT, USANDO PERSONAGENS ADOLESCENTES.

1.2.6 - GARANTIR A SEGURANÇA EM ÁREAS FREQUENTADAS PELA POPULAÇÃO LGBT COM GRUPOS DE POLÍCIAIS ESPECIALIZADOS (CRIAÇÃO DE BATALHÕES DE POLÍCIAIS GAYS NOS ESTADOS - BGay)

1.1.8 - INCLUIR O TEMA DIVERSIDADE SEXUAL NOS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE MILITARES E DE POLÍCIAIS MILITARES E CIVIS, EXTENSIVO ÀS GUARDAS MUNICIPAIS

1.2.9 - ALTERAR O ESTATUTO DOS MILITARES, RECONHECENDO COMPANHHEIROS, COMO DEPENDENTES

1.2.12 - REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL COM NOME SOCIAL

1.2.14 - PRESÍDIO FEMININO PARA MULHERES TRANSEXUAIS E TRANVESTIS

1.2.16 - DISQUE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANVESTIS E TRANSEXUAIS - 0800 LGBT

Figura 5: Segunda página do “Informativo ‘kit gay’”. Fonte: site do deputado Jair Bolsonaro



Figura 6: Terceira página do “Informativo ‘kit gay’”. Fonte: site do deputado Jair Bolsonaro

Defensores do Fundamentalismo Homossexual em ação:



"...Um dos filmes tinha o beijo lésbico na boca e a gente ficou uns 3 meses discutindo até onde entrava a língua..."

André Lázaro (Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC) - Em 23/09/2010 na Câmara dos Deputados falando sobre um dos filmes a ser exibido para alunos e alunas do 1º Grau.

"... Esse modelinho de família que o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) tá falando aqui, é o modelo que quase não existe mais, papai, mamãe, filhinho, filhinha, família Dariana..."



Betó de Jesus (Integrante da executiva da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT) no programa Manhã Maior da Rede TV.



"Pedofilia já! Enquanto ainda estou com tudo em cima..."

"... Nos últimos 36 anos de prática homoerótica, calculei que devo ter transado com mais ou menos uns 500 homens diferentes. No meu caso, para dizer a verdade, se eu pudesse escolher livremente, o que eu queria mesmo não era um 'homem' e sim um menino..."

Luiz Mott - Fundador do Grupo Gay da Bahia e um dos idealizadores do PLC 122/D6, que criminaliza a homofobia.

"... Obrigado ao Deputado Federal Chico Alencar (PSOL-RJ) que tem sido nosso grande articulador e nos ajudou muito..."



Toni Reis, presidente da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis, no dia 23/09/2010 em agradecimento ao Deputado Chico Alencar por ter conseguido no Orçamento, R\$ 11 milhões para atividades LGBTs, entre elas a confecção do Kit-Gay e estímulo à Paradas do Orgulho Gay - na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Toni Reis: está de casamento marcado com homem casado com sua mãe.

Figura 7: Quarta página do “Informativo ‘kit gay’”. Fonte: site do deputado Jair Bolsonaro

ANEXO 2: Gráficos da FPE na reportagem

Divisão da bancada evangélica por Partidos

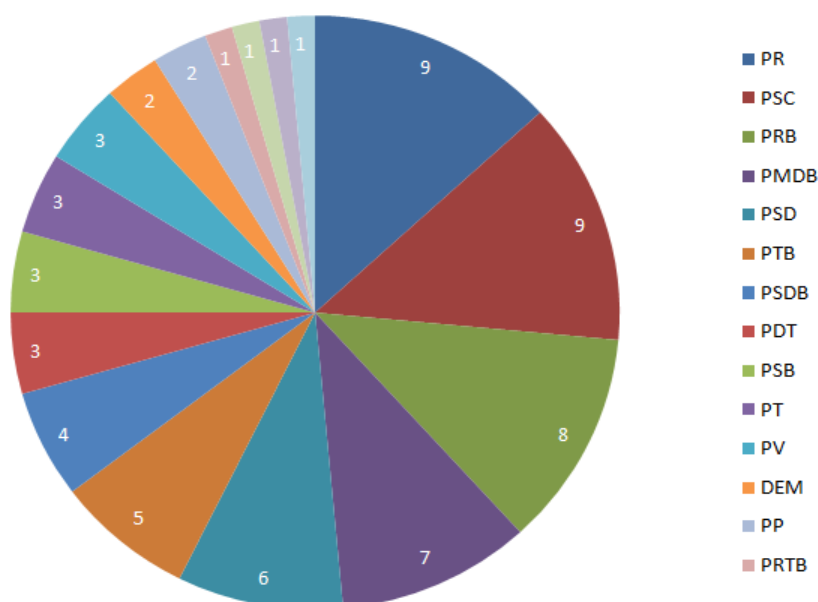


Figura 8: Divisão da bancada evangélica por partidos. Fonte: Revista Viés

Divisão da bancada evangélica por Igrejas

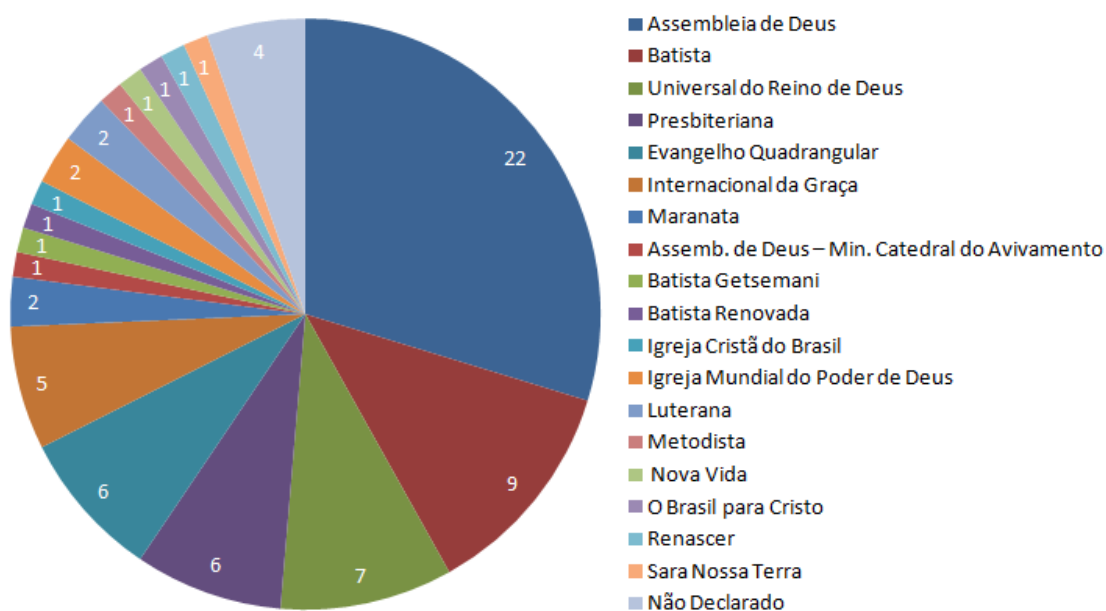


Figura 9: Divisão da bancada evangélica por igrejas. Fonte: Revista Viés

Divisão da bancada evangélica por estados

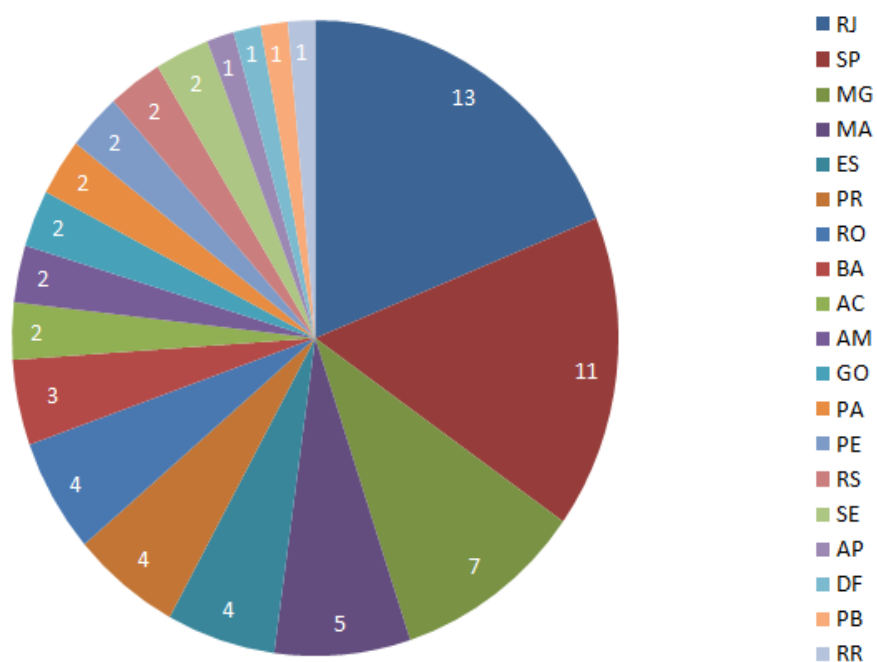


Figura 10: Divisão da bancada evangélica por Estados. Fonte: Revista Viés

ANEXO 3: Power Point do possível material apresentado à presidenta da República.

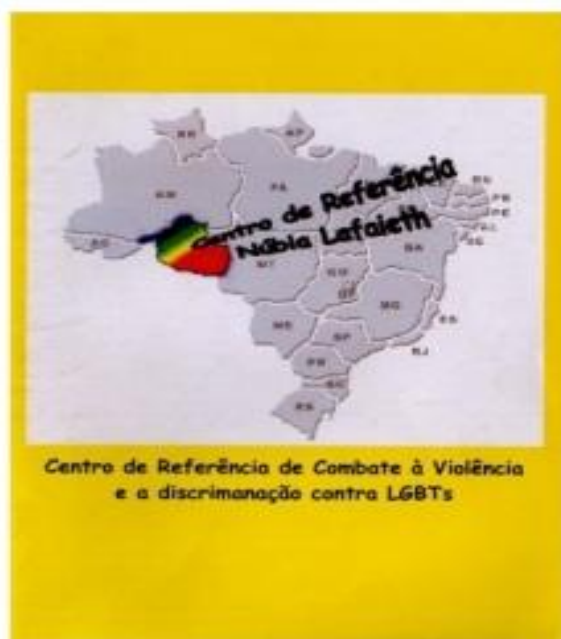


Figura 11: Possível material apresentando em Power Point para a presidenta Dilma Rouseff.
Fonte: Terra Magazine



Figura 12: Possível material apresentando em Power Point para a presidenta Dilma Rouseff.
Fonte: Terra Magazine

- 3 - Homossexualidade não é pecado: Os LGBTs também se amam e foram criados por Deus, Jesus nunca condenou os homossexuais;
- 4 - A homossexualidade sempre existiu: O amor homossexual é tão antigo quanto à própria humanidade e nunca vai acabar;

Figura 13: Possível material apresentando em Power point para a presidenta Dilma Rouseff.
Fonte: Terra Magazine



Figura 14: Possível material apresentando em Power point para a presidenta Dilma Rouseff.
Fonte: Terra Magazine

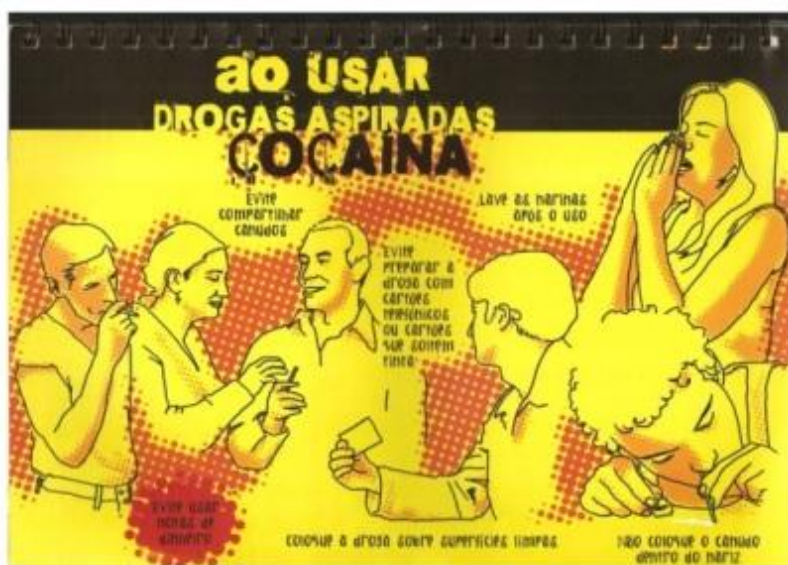


Figura 15: Possível material apresentando em Power point para a presidenta Dilma Rousseff.
Fonte: Terra Magazine

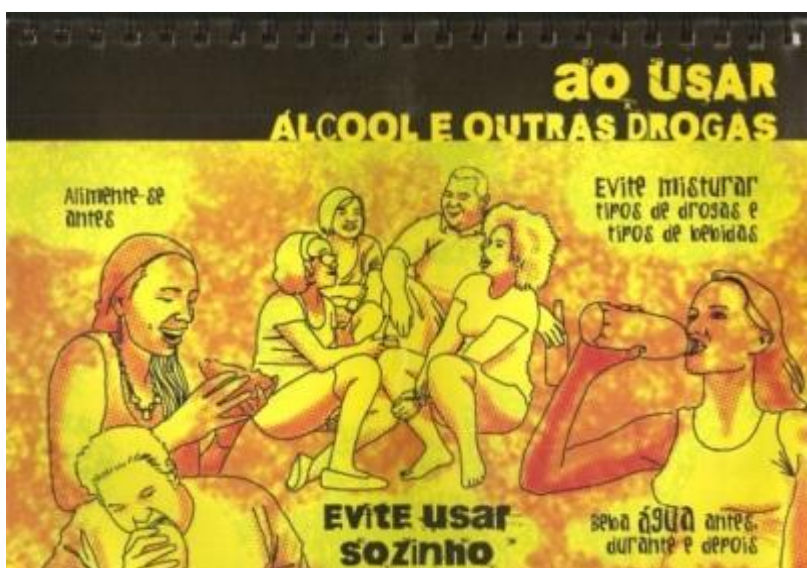


Figura 16: Possível material apresentando em Power point para a presidenta Dilma Rousseff.
Fonte: Terra Magazine



Figura 17: Possível material apresentando em Power Point para a presidenta Dilma Rousseff.
Fonte: Terra Magazine

ANEXO 4: Notas taquigráficas da minha fala no 9º Seminário LGBT. Fonte: Câmara dos Deputados.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - DIREITOS HUMANOS / EDUCAÇÃO E CULTURA		
EVENTO: Seminário	Nº: 0571/12	DATA: 15/05/2012
INÍCIO: 9h54min	TÉRMINO: 14h20min	DURAÇÃO: 4h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h26min	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>NADINE DE BORGES - Diretora do Departamento de Políticas Temáticas da Criança e do Adolescente, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.</p> <p>MARLENE XAVIER - Representante das Mães pela Igualdade, de Montes Claros, Minas Gerais.</p> <p>MARIA LÚCIA LEAL - Professora da Universidade de Brasília — UnB.</p> <p>MIRIAM ABRAMOVAY - Coordenadora da Área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.</p> <p>JOÃO NERY - Representante do Movimento LGBT.</p> <p>TATIANA LIONÇO - Professora de Psicologia do Centro Universitário de Brasília — UniCEUB.</p> <p>MARISA FERNANDES - Representante do Grupo Estruturação, do Distrito Federal.</p> <p>CRISTIANO LUCAS FERREIRA - Professor.</p> <p>VÂNIA BARCELAR - Representante da Secretaria de Educação do DF.</p> <p>FLÁVIO BREBES - Educador da Secretaria de Educação do DF,</p> <p>MÁRCIA ACIOLI - Representante do INEAS.</p> <p>EDILSON RODRIGUES - Representante de grupo de amigos do DF.</p> <p>MARINA HEINDEL - Professora de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.</p> <p>CLÓVIS ARANTES - Representante do Estado do Mato Grosso.</p> <p>LUIZ CARLOS GONÇALVES - Diretor do <i>campus</i> de Divinópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.</p> <p>LÍGIA MELILO - Estudante de Psicologia.</p>

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema o tema *Respeito à Diversidade se Aprende na Infância — Sexualidade, Papéis de Gênero e Educação na Infância e na Adolescência*.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudível e ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Wyllys) - Obrigado.

A nossa última inscrita é a Sra. Lígia Maria Melilo, que disporá de 3 minutos.

A SRA. LÍGIA MELILO - Sr. Presidente, sou estudante de Psicologia, estou no último semestre. Portanto, estou me formando numa área bem diferente das demais pessoas que aqui se encontram. Para mim não somente é um privilégio participar de uma Mesa como esta porque, além de me esclarecer vários assuntos, na verdade me traz à reflexão.

Fico pensando até que ponto a escolha das nossas profissões podem estar envolvidas nas nossas escolhas pessoais. Vejo que é o que acontece muito, como pude observar até na fala do Deputado que é pastor. Com todo respeito, acho que V.Exa. está enganado. Acho que não existem duas homofobias, acho que há uma só. *(Palmas.)* A pessoa que sofre homofobia, a pessoa que é discriminada, não vai fazer essa diferença *“Ah, não, mas ele tem essa ideia porque ele tem um cunho religioso”*. Não é bem assim.

Realmente, se estamos no Estado laico, temos que parar de viajar, com o perdão da palavra, e não debatermos coisas que nada têm nada a ver.

Se uma escola é pública, é pública. Vemos que a homofobia é um assunto muito sério e precisa ser discutido dentro da escola. Então, não tem nem o que discutir. Um *kit* ou qualquer outra coisa — ser chamado de um *kit gay*, na verdade, é um preconceito — é um kit anti-homofobia, não deve ser olhado desta forma: *“Ah, não, mas vocês estão querendo ensinar uma coisa que está passando por cima da família”*. Negativo. É o Estado brasileiro, laico, que vê a necessidade de adotar isso dentro das escolas. E tem que colocar, não tem que entrar nessa discussão.

Realmente, temos que pensar até quando um educador, uma pessoa do Estado ou até um psicólogo pode envolver suas opiniões pessoais na construção de um ser humano. Se ele fizer isso, vai estar, sim, incitando a violência, em maior ou menor grau. *(Palmas.)*